



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS – CSHNB
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JÉSSICA INGRYD DA SILVA SÁ

RECRUTAMENTO MILITAR FORÇADO PARA O EXÉRCITO:

Ações e as escoltas na província do Piauí (1860-1875)

PICOS – PIAUÍ

2025

JÉSSICA INGRYD DA SILVA SÁ

RECRUTAMENTO MILITAR FORÇADO PARA O EXÉRCITO:

Ações e as escoltas na província do Piauí (1860-1875)

Trabalho apresentado como requisito para obtenção de nota na disciplina de TCC II – monografia II -, do curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí – Campus Senador Helvídio Nunes de Barros.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

S111r

Sá, Jéssica Ingrid da Silva.

Recrutamento militar forçado para o exército: ações e as escoltas na
província do Piauí (1860-1875) / Jéssica Ingrid da Silva Sá – 2025.

67 f.

1 Arquivo em PDF.

Indexado no catálogo *online* da biblioteca José Albano de Macêdo, CSHNB.
Aberto a pesquisadores, com restrições da Biblioteca.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do
Piauí, Curso de Licenciatura em História, Picos, 2025.

“Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro”.

1. Recrutamento militar - Piauí. 2. Exército - Piauí. 3. Disciplinarização. I. Sá,
Jéssica Ingrid da Silva. II. Monteiro, Francisco Gleison da Costa. III. Título.

CDD 979.214

Elaborada por Maria Letícia Cristina Alcântara Gomes
Bibliotecária CRB nº 03/1835

JÉSSICA INGRYD DA SILVA SÁ

RECRUTAMENTO MILITAR FORÇADO PARA O EXÉRCITO:

Ações e as escoltas na província do Piauí (1860-1875)

Monografia apresentada ao Curso de História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, como requisito final para obtenção do grau de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Aprovado em: 02/07/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro – Orientador
Universidade Federal do Piauí – UFPI

Prof. Dr. José Lins Duarte
Examinador Interno – UFPI

Prof. Dr. Johny Santana de Araújo
Examinador Externo – UFPI/PPGHB

PICOS – PIAUÍ
2025

A Maria Laudelina de Sá (in memoriam),
minha eterna vovó Maria, mulher forte,
guerreira, íntegra, que apesar das dificuldades,
possuía um coração bondoso, de fé, e amor.
Dedico-te, esta conquista vovó, sei que
gostaria de me ver, exatamente como estou.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, dono dos meus dias, por ter me sustentado ao longo dessa jornada, me proporcionando direcionamento, ânimo, coragem e força para prosseguir sempre de cabeça erguida em todos os obstáculos enfrentados até aqui. Sua constante presença por meio de Jesus Cristo fortificava os meus passos, fazendo com que toda a caminhada fosse abençoada, se mostrando sempre a meu favor em meio às adversidades, de modo tão evidente que ao final de cada dia, era possível sentir a grandiosa mão do SENHOR em cada mínimo detalhe na constituição todo.

Aos meus pais Inaura e Antônio, agradeço pela confiança em mim depositada, por acreditarem que seria capaz de chegar até aqui com êxito, por serem abrigo e o conforto em poder voltar pra casa sempre que sentisse necessário e por apoiarem direto ou indiretamente o sonho de estudar desde o início, mesmo que isso custasse tempo, preocupações e incertezas. Reconheço que de certo modo, é difícil ver uma filha ser a primeira da família a se arriscar no mundo e correr atrás de seus objetivos através dos estudos, mas perceber que sair da zona de conforto é necessário e confiar que ao pôr o pé, Deus oferece o chão, torna o processo mais leve, permitindo que novos caminhos se abram em busca de uma nova história.

Ao meu namorado, Victor Wagner, meu maior incentivador e companheiro desde o início dessa jornada, obrigada por ser minha companhia diária mesmo que muitas vezes a distância, por sempre me ouvir e compartilhar comigo todos os instantes, desde vibrar ao meu lado nos momentos de alegrias e realizações, ao suporte necessário nas situações de tristeza ou angústia. Você, sempre me motivou a continuar, mostrando que eu era capaz mesmo quando não me sentia assim, sempre alavancou minha auto estima e inspiração, fazendo-se porto seguro, paz e tranquilidade quando o barulho do mundo me assustava, obrigada por tudo e por tanto meu amor, você foi de fundamental importância para tornar essa realidade possível.

A minha prima e agora madrinha Ângela Raquel, um dos seres humanos mais incríveis e ímpares que conheço, agradeço imensamente por todo o apoio, incentivo e colaboração inúmeras vezes financeira, por escolher me dar a mão e tornar mais leve essa caminhada. Obrigada por se fazer tão presente em minha vida, por todos os significativos conselhos os quais foram indispensáveis alicerces para fazer com que eu chegasse até aqui, sua espontânea presença, cuidado e generosidade para comigo mostraram-me que o sentido de amar, manifesta-se também no “Oi, tudo bem?” “Como está?”, “Lembrei de você” “Está precisando

de algo?” “Toma, sei que precisa” entre outras singelas maneiras de expressá-lo, minha gratidão será eterna, você é extraordinária.

Aos meus futuros sogros Ana Alzira e Francisco Valdete e a minha querida amiga Eliana, agradeço pelas incontáveis caronas oferecidas de Picos a minha cidade natal e vice versa, evitando por muitas vezes gastos com vans, facilitando sem dúvidas minha ida a Picos, os quais mostraram-se sempre à disposição em me ajudar entre outras formas de incentivo, agradeço a vocês de todo meu coração.

A Reginaldo Neto (Regim), e Mariana Victória, o meu muito obrigada por toda a ajuda quando ainda não possuía recursos adequados (Internet, notebook), para efetuar matrícula na UFPI (CSHNB) e solicitar ajuda de bolsas de auxílio na instituição, vocês sem dúvidas foram guiados por Deus ao me estenderem a mão e me auxiliarem em tais demandas necessárias para a realização desse sonho sem querer nada em troca. Gestos de amor ao próximo ainda existem, e vocês são para mim, exemplos claros de que pequenas ações de bondade como essas, significam muito e interferem de forma grandiosa na realidade de outro alguém. Mariana, você além de um exemplo de colega de curso, foi uma das pessoas mais brilhantes, meigas, transparentes e cheia de bondade que tive o privilégio de conhecer ao longo da graduação, agradeço imensamente por cada conselho, ajuda, incentivo e apoio durante boa parte da minha trajetória na UFPI, você é um ser humano incrível, torço muito por seu sucesso.

Agradeço também a Pedro Lucas, obrigada amigo pelos conselhos, dicas, informações, sugestões entre outras formas de ajuda acadêmica compartilhadas para comigo, até mesmo após sua formatura, se mostrando sempre acessível e a disponibilidade em responder cada dúvida ou anseio de forma paciente e atenciosa, contribuindo bastante nessa jornada, principalmente na reta final, torço muito por seu sucesso, tens um potencial incrível.

A Joana Elisandra, professora de história da rede estadual, uma mulher de coração gigante que acompanha o meu crescimento acadêmico desde a infância a supervisão de maior parte de meus estágios na graduação, hoje quero aqui expressar a minha gratidão a você que pegou em minha mão por vezes ao me ensinar a escrever as vogais. Obrigada por toda paciência, incentivo desde a educação básica, por me receber de braços abertos ao retornar a escola como estagiária, depositando em mim toda confiança necessária. Obrigada tia Elizandra por fazer parte dessa história.

Ao meu amigo de todas as horas Pedro Henrique Sá, que acompanha a minha trajetória desde o ensino médio, o qual o levarei para toda a vida. Obrigada amigo por sempre acreditar

em mim, por nunca deixar de me incentivar e estar ao meu lado sempre que precisei, você faz parte da concretização desse sonho, és um verdadeiro irmão que a vida me deu.

A equipe NAE (Núcleo de assistência estudantil) CSHNB, agradeço imensamente pela sensibilidade para com os discentes, de estarem sempre a disposição quando necessário, com atendimento psicológico de qualidade, pelas palestras realizadas com temáticas necessárias, entre outras ações as quais sempre somavam como grande ajuda, no dia a dia do universitário. Agradeço em especial a Josi por sempre me receber no NAE, com muito carinho, respeito e com um grande sorriso no rosto, tirando pacientemente dúvidas e auxiliando com informações sempre que necessário, seu jeito sensível e alegre muitas vezes melhoravam o meu dia exaustivo na UFPI.

Aos professores do curso de História CSHNB, agradeço imensamente por todos os aprendizados, problematizações, discussões em sala, pelas leituras de cada disciplina, por despertar e instigar o senso crítico do historiador que a cada dia estávamos mais próximos de alcançar, por auxiliarem da melhor maneira possível na minha formação como profissional docente e ser humano. Agradeço em especial o meu orientador Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro, por acreditar em meu potencial, pela paciência, colaboração, ensinamentos, e valiosos conselhos os quais sem dúvidas irão continuar somando para a minha trajetória acadêmica como docente, o senhor é um exemplo a ser seguido de profissionalismo, competência, ética, seriedade e compromisso para com a carreira, muito obrigada pela ajuda e disponibilidade de sempre.

Por fim, agradeço a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pelas bolsas ofertadas através do PIBID (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência), permitindo ajuda na minha permanência no curso, e por proporcionar ao discente em processo de formação a experiência prática necessária adquirida por meio da vivência no ambiente escolar em escolas públicas. O programa se faz sem dúvidas um alicerce indispensável de auxílio e articulação teórica/prática na vida do futuro professor.

Deixo aqui os meus mais sinceros agradecimentos a todos (as) que de alguma forma contribuíram para minha formação, o meu muito obrigada!

“Não fui eu que lhe ordenei? Seja forte e corajoso! Não se apavore, nem desanime, pois o SENHOR, o seu Deus, estará com você por onde você andar”. (Josué 1.9)

RESUMO

A presente proposta de pesquisa, visa desenvolver uma análise voltada para os discursos e práticas de recrutamento militar forçado na província do Piauí oitocentista, assim como o papel do exército no meio social, especificamente entre os anos de 1860 a 1875. Dessa forma, o trabalho consiste analisar as práticas de recrutamento militar, como forma de disciplinar e controlar os homens livres e pobres por meio do trabalho forçado as autoridades, atribuindo a estes uma imagem relacionada a ociosidade, vadiagem e imoralidade, mediante a propagação dos diferentes discursos presentes na sociedade da época, sobretudo da elite local. Com base nessa perspectiva, serão analisados relatórios provinciais do período, petições, jornais e correspondências entre as autoridades e o gabinete provincial. Para além dessa análise, o estudo também pretende discutir a resistência ao recrutamento militar forçado desses sujeitos livres e pobres, em meio às péssimas condições de vida, moradia e trabalho das instituições militares.

Palavras-chave: Recrutamento militar forçado; Exército; Disciplinarização; Discursos.

ABSTRACT

This research proposal aims to develop an analysis of the discourses and practices of forced military recruitment in the nineteenth-century province of Piauí, as well as the role of the army in society, specifically between 1860 and 1875. Thus, the work consists of analyzing military recruitment practices as a way of disciplining and controlling free and poor men through forced labor by the authorities, assigning them an image of idleness, vagrancy, and immorality, through the propagation of various discourses present in society at the time, especially among the local elite. Based on this perspective, provincial reports from the period, petitions, newspapers, and correspondence between the authorities and the provincial cabinet will be analyzed. Beyond this analysis, the study also aims to discuss the resistance to forced military recruitment of these free and poor individuals, amid the appalling living, housing, and working conditions of military institutions.

Keywords: Forced military recruitment; Army; Disciplinarization; Discourses.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. EXÉRCITO PIAUIENSE E SUA POLÍTICA MILITAR CONSERVADORA: DAS AÇÕES AS ESCOLTAS (1860-1875).....	20
1.1 A formação do Exército piauiense antecede a guerra do Paraguai.....	21
1.2 Imprensa piauiense: importante instrumento político para legitimar interesses na formação de opiniões.....	32
2. HOMENS LIVRES E POBRES NA CONSTITUIÇÃO DO EXÉRCITO PIAUIENSE (1860-1875).....	40
2.1 Recrutamento militar forçado para formação do Exército piauiense: Violência e Controle Social.....	45
2.2 As deserções: formas de resistência ao recrutamento militar forçado.....	51
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS DAS FONTES.....	61
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	63

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa intitulada “*RECRUTAMENTO MILITAR FORÇADO PARA O EXÉRCITO: Ações e as escoltas na província do Piauí (1860-1875)*”, partiu da curiosidade em analisar uma classe social da província do Piauí pouco discutida e por vezes silenciada dos processos políticos, econômicos e sociais, sendo estes, os sujeitos livres e pobres. Dessa forma, o trabalho visa também pensar as práticas de recrutamento militar, atreladas ao sujeito homem livre e pobre, analisando assim, as intencionalidades presentes nesse processo marcado pela violência e coerção social. Desse modo, busca-se entender, quem eram esses sujeitos os quais constituíam a classe intermediária da sociedade piauiense, e por que eram o principal alvo das autoridades locais, que os atribuíam a obrigatoriedade ao serviço militar. Assim, faz-se necessário problematizar o papel do Exército no meio social, analisando suas ações, como maneiras de centralizar o poder estatal no controle das massas pobres da hierarquizada sociedade piauiense, sendo, o objetivo desta escrita, analisar a política militar conservadora como pano de fundo pela qual se baseavam as principais estruturas ideológicas do Exército, e como estas ações militares interferiram na vida de milhares de pessoas, contribuindo significativamente no processo de consolidação do Estado Imperial.

Entretanto, antes de adentrar-se no objetivo central da pesquisa, faz-se indispensável entender as principais diferenças e particularidades que separam o sentido prático de exército e guarda nacional que desempenhavam funções distintas em relação aos interesses das classes dominantes e da estrutura do Estado em meio àquele contexto histórico social. Desse modo, a Guarda Nacional surge como uma milícia civil, que carregava como principal função, a manutenção da ordem e política interna, seu alistamento diferentemente do exército era voluntário e restrito a cidadãos de posses e prestígio social, que utilizavam de sua posição para fortalecer redes de influências clientelistas. Por outro lado, em tese, o exército se configurava como a principal força voltada para a defesa externa do Império, responsável pela proteção das fronteiras e costas, que tinha como marca central de sua existência, um desprezível recrutamento militar, visto como um castigo corretivo e moral para a população. Nesse sentido, o historiador Flávio Henrique Dias Saldanha (2015), explica:

Neste sentido, em lugar do Exército como instrumento de manutenção da ordem, coube à Guarda Nacional, força civil constituída por cidadãos-soldados prontos a defender a pátria em perigo, tal responsabilidade. Ao Exército coube a defesa e a patrulha das fronteiras e costas do Império do Brasil. Sobre a atribuição de papeis entre o Exército e a Guarda Nacional, Nelson Werneck Sodré pondera que “o primeiro se destinava particularmente às operações contra inimigos externos, quando a Guarda Nacional aparecia como complemento ou reforço; a segunda se destinava particularmente às operações contra inimigos internos, quando o Exército aparecia como complemento ou reforço (SODRÉ, 1979,p. 127). (Saldanha, 2015, p.674)

De acordo com tais especificidades entre exército e guarda nacional, o ponto focal da pesquisa se concentra na compreensão e problematização do exército brasileiro como instituição político-ideológica no processo de consolidação do Estado Imperial, entendendo de início as intencionalidades por trás do fortalecimento da instituição assim como suas ações no meio social a partir do projeto político militar conservador discutido por Souza (1999).

Nessa perspectiva, a historiadora Adriana Barreto de Souza, discute essas principais intencionalidades deste projeto político conservador em sua dissertação de mestrado intitulada “O Exército na Consolidação do Império: Um Estudo Histórico sobre a Política Militar Conservadora”, na qual a autora enfatiza, a necessidade de desconstruir análises historiográficas, as quais, até fins de 1990, construíram narrativas que apontavam um desprezo do Governo Imperial para com o Exército brasileiro. Diante disso, com base em sua análise, a historiadora enfatiza, entre outros eventos históricos, a reforma administrativa do Exército em 1838, a qual buscou reorganizar as instituições militares do Império, por maior controle político e social nas sociedades provinciais.

Nesse sentido, a reforma do Exército foi proposta inicialmente como parte de um projeto político do partido conservador imperial, que buscava fortalecer as instituições militares, para reprimir revoltas populares em todo o Brasil, como forma de controle das massas pobres, cuja insatisfação popular, poderia desencadear movimentos sociais que lutassem por uma realidade brasileira contrária aos interesses do partido conservador. Com base nessa perspectiva, o Exército brasileiro foi formado e fortalecido pela política militar conservadora para combater a população brasileira, explorando a mão de obra livre dos pobres recrutados, promovendo assim a manutenção da desigualdade social.

Conhecida a importância do Exército para a consolidação do Estado Imperial, o interesse da pesquisa se volta para compreender o Exército e suas práticas no meio social, analisando especificamente o vasto território piauiense e suas especificidades regionais entre 1860 a 1875. Diante disso, faz-se importante entender como se organizavam as estruturas

políticas, econômicas e sociais do Piauí oitocentista, como eram organizadas as relações sociais e de poder do período, assim como quais mecanismos de controle eram utilizados pelas elites, para então pensar, como o Exército interferia naquele contexto histórico social.

Com base nessa perspectiva, a referida proposta, segue a orientação do professor Dr Francisco Gleison da Costa Monteiro, sendo as disciplinas de História do Brasil Império, Historiografia Brasileira e História do Piauí I¹, importantes e significativos alicerces para o desenvolvimento desta pesquisa, pois através das aulas, leituras e reflexões desenvolvidas por meio dessas disciplinas, foi despertado o interesse de pensar o contexto imperial a partir da província do Piauí, analisando assim, a organização social, política e econômica da província, os papéis e relações sociais estabelecidas entre os sujeitos históricos, em meio aquela sociedade, e a partir de então, por meio de leituras e análises mais detalhadas, buscou-se entender o homem livre e pobre, por meio do recrutamento militar forçado naquele contexto histórico social.

Em vista disso, foi de grande importância realizar uma pesquisa de escala macro para micro, que contemplasse o cenário social, político e econômico do Brasil Império entre 1860 a 1875, para então pensar, como as particularidades desse momento histórico imperial interferiam na província do Piauí, moldando suas especificidades regionais. Logo, autores como: José Murilo de Carvalho (2012); Jurandir Malerba (1999); Emília Viotti da Costa (2007) e Maria Yedda Linhares (2010), foram indispensáveis bibliografias no que concerne entender o contexto social, político e econômico no qual estava calcada a sociedade imperial Brasileira.

Ademais, apoiada nessa concepção, no que tange pensar as estruturas organizacionais internas da sociedade piauiense, desde a cultura à economia, clássicos como: “A elite colonial piauiense” de Tanya Maria Pires Brandão (1995); “A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889” de Alcebiades Costa Filho (2005); “Balaíos e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja” de Claudete Maria Miranda Dias (1996); “O Piauí na primeira metade do século XIX” de Miridan Brito Knox Falci (1986); “Piauí Colonial: população, economia e sociedade” de Luiz Mott (1985); “Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí (1822-1871)” publicado em (2005) e “O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense” (2013) ambos de Solimar Oliveira Lima, entre outras obras contribuíram significativamente na complexa análise e compreensão da sociedade piauiense oitocentista.

¹ Disciplinas referentes ao 4º, 5º e 6º períodos do curso de História/CSHNB respectivamente.

Assim, tendo como base a organização social piauiense discutida pelos autores, sendo evidenciada em cada leitura a estrutura patriarcal hierarquizada daquela sociedade, onde os donos da terra, (fazendeiros) e suas famílias, se encontravam no topo, detendo o principal meio de produção e ocupando também uma privilegiada posição social, sendo estes donos da terra, dos rebanhos e da mão de obra escravizada, de modo que também estabeleciam domínio sobre cargos administrativos e controle político de suas localidades. Nessa lógica, em segundo plano, estavam os funcionários públicos, intitulados em seus cargos em grande maioria, pelos próprios fazendeiros. Logo em seguida os vaqueiros, vistos como os delegados dos fazendeiros, responsáveis pelos rebanhos, assim como pelo controle dos homens livres e escravizados que viviam nas fazendas, seu pagamento normalmente era um quarto dos bezerros que ali nasciam anualmente.

Por fim, se encontravam os sujeitos na condição de agregados dos proprietários da terra, estes moravam e trabalhavam nas propriedades privadas dos fazendeiros a partir do sistema de “meia”, metade do que produziam era para o fazendeiro e sua família, a relação entre eles se caracterizava em uma condição de apadrinhamento, na qual o fazendeiro era visto como padrinho/compadre, protetor e homem generoso. Finalmente, na base dessa pirâmide social estavam os trabalhadores escravizados, os quais dividiam-se em dois grupos, os escravizados das fazendas privadas pertencentes a estes fazendeiros, e aqueles considerados escravos da nação, antigas propriedades dos jesuítas, administradas por capitães pagos pelo governo imperial.

Com base no que foi exposto, Alcebíades Costa Filho em sua obra “A escola do Sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889 (2006)” discute a partir do caráter rural em que se caracterizava a sociedade piauiense:

Como ficou evidenciado, no século XIX, a maioria dos piauienses residiam na zona rural. Viviam em fazendas isoladas, dispersas pelo imenso território. As fazendas constituíam-se em unidade de produção e local da vida social e política da província. (Filho, 2006, p. 50)

No tocante a vida social entre fazendeiros, agregados, vaqueiros e escravizados, Alcebíades enfatiza a submissão, disciplina e obediência como características fundamentais estabelecidas entre o fazendeiro e seus subordinados, além dos maus tratos, abusos e péssimas condições de vida sofridos pelos trabalhadores escravizados.

Por conseguinte, faz-se mister salientar a seguinte indagação: E os homens livres e pobres que não se achavam sob controle dos fazendeiros locais na condição de vaqueiros ou agregados, como se encontravam? Na maioria dos casos trabalhavam de maneira autônoma

para si e seus familiares, no entanto, o ato de viverem de maneira independente sem prestar serviços e submissão aos grandes fazendeiros locais, era o bastante para serem tidos como desordeiros, vadios, vagabundos e arredios naquela sociedade, fazendo com que o Estado e o poder local, desenvolvessem outras formas de controle social sobre esses sujeitos livres e pobres, como o recrutamento militar forçado destinado aos desvalidos de bens materiais, os quais viviam na contramão daquele sistema de dominação.

Dessa forma, ao pensar o recrutamento militar forçado voltado para os homens livres e pobres na sociedade piauiense, é pensar desde a organização social estabelecida, as relações sociais e de poder do período, as ferramentas utilizadas pelo poder local para recrutar esses sujeitos, tendo em vista ainda as práticas de recrutamento militar, as formas de resistência elaboradas pelos respectivos sujeitos recrutados, entre outros importantes e indispensáveis questionamentos e problematizações as quais agregam no processo de pesquisa historiográfica, na busca constante por definir essa difícil, complexa e diversa categoria social, buscando compreender a memória dessa classe intermediária e flutuante na província do Piauí, analisando como os mesmos eram descritos e representados pelos discursos oficiais, assim como, pela própria imprensa.

Apoiada nessa concepção, ao decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, serão trabalhadas três tipos de fontes para o pleno amadurecimento e alcance dos objetivos estabelecidos, assim, tendo como fonte primária os jornais do período², disponíveis na Hemeroteca digital da Biblioteca Nacional, para compreender como os sujeitos livres e pobres eram citados na imprensa piauiense, e a partir de quais posicionamentos e intencionalidades políticas eram publicadas as menções a esses sujeitos históricos na imprensa local. Para tanto, será feito o uso da obra “Imprensa Piauiense: atuação Política no século XIX” de Ana Regina Rêgo (2001), indispensável bibliografia no que concerne entender as articulações políticas e sociais dos periódicos, e sua influência na formação da opinião pública em meio aos embates entre os partidos Liberal e Conservador que se alteram no poder, a partir das inter relações familiares, sociais e econômicas da província.

Ademais, serão analisados documentos manuscritos do arquivo público relacionados ao recrutamento militar forçado no Piauí, como também relatórios provinciais³, os quais eram produzidos pelas autoridades locais, oferecendo um vasto e indispensável panorama de pesquisa, que detalha as práticas de alistamento, evidenciando as estratégias coercitivas utilizadas para garantir a formação das tropas, assim como discussões sobre os problemas

² Disponível no endereço eletrônico: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>.

³ Disponível no NUPEM – Núcleo de Pesquisa, História e Memória (NUPEM/UFPI).

sociais relacionados aos ditos vadios, enfatizando que eles representavam um problema para a ordem pública e para a economia local.

Para mais, ao analisar esses relatórios, é possível identificar as particularidades da província, as dificuldades enfrentadas pela população, as resistências locais ao recrutamento e as justificativas das elites para a imposição dessas práticas. Além disso, eles revelam as intenções do governo em consolidar o poder estatal por meio da militarização forçada, destacando a violência institucionalizada no processo de recrutamento para com os sujeitos homens livres e pobres. Assim, esses registros são fundamentais para entender a complexa relação entre o Estado, a sociedade e o exército no contexto histórico piauiense entre 1860 a 1875.

Fundamentada nessa percepção, como a proposta de pesquisa possui um viés metodológico voltado para a análise documental de fontes manuscritas e impressas, assim como estudos bibliográficos, serão trabalhados autores como: Michel Foucault em “A ordem do discurso” (1996), no que tange a relação entre discurso e poder, ou seja, o uso do discurso como instrumento de poder político, no qual é importante entender o lugar social de onde são proferidos e as intencionalidades por trás dos diferentes tipos de discursos, facilitando assim as análises realizadas nos jornais utilizados ao longo da pesquisa; “A invenção do cotidiano: artes de fazer” de Michel de Certeau (1994), pela qual será pensada, a noção de tática e estratégia, onde serão analisados como os conceitos de estratégia e tática pensados por de Certeau, se relacionam respectivamente com as práticas de recrutamento militar forçado por parte das autoridades para controlar os homens livres e pobres no Piauí oitocentista, em meio às resistências desses sujeitos para fugir das normas militares violentamente impostas.

Para além dessa discussão, faremos uso da coletânea “O historiador e suas fontes” especificamente o capítulo intitulado “Discursos e pronunciamentos: A dimensão retórica da historiografia” de Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2009), no qual discute o uso dos discursos e pronunciamentos pela historiografia para a construção da história, de modo que faz importantes sugestões e apontamentos metodológicos para utilizarmos dos diferentes tipos de discursos e pronunciamentos como fontes históricas. Ainda, serão utilizadas obras como “Usos e abusos no mundo do trabalho: a desclassificação social dos trabalhadores no século XIX, na região do Cariri, Província do Ceará” de Darlan de Oliveira Reis Júnior (2019), e “Cotidiano e pobreza: impasses da sobrevivência em Teresina (1877-1914) de Maria Mafalda Balduino de Araujo (1994), sendo importantes abordagens para pensar os conceitos de disciplina e pobreza, dentre outros importantes trabalhos que serão utilizados no processo de desenvolvimento da monografia.

No tocante a organização do referido trabalho de pesquisa, subdividiu-se da seguinte maneira para uma melhor análise e compreensão historiográfica do tema em questão: o primeiro capítulo nomeado “O Exército piauiense e sua política militar conservadora: das ações as escoltas (1860-1875)” será destinado para à análise voltada a compreender o que é o Exército imperial, quais as suas intencionalidades no meio social, por maior controle político e social na consolidação do Estado Imperial, onde será discutida a política militar conservadora na qual estava firmada as principais ideologias presentes nas práticas militares. Sendo assim, o subitem 1.1 intitulado “A formação do Exército piauiense antecede a guerra do Paraguai”, chamará atenção para um Exército brasileiro formado muito anteriormente à Guerra do Paraguai, sendo seu fortalecimento inicial voltado sobretudo para a repressão e controle da própria população civil.

Seguindo essa lógica, no subitem 1.2 intitulado “Imprensa piauiense: instrumento político para legitimar interesses na formação de opiniões” discutirá a tutela familiar dos jornais, de modo que incorporava-se valores, princípios e visões de mundo próprias dos segmentos políticos as quais pertenciam, fazendo com que se reproduzem notícias e matérias as quais estivessem de acordo com seus interesses políticos e sociais, de modo que a partir de então, eram reproduzidas acusações às quais atribuíam aos homens livres e pobres da sociedade piauiense, características relacionadas ao ócio e a vadiagem, como maneira de justificar o recrutamento militar forçado e a violência presente nesse processo militar, persuadindo a sociedade de que esses sujeitos estavam à margem da lei, e somente o Exército poderia oferecer-lhes moralidade e trabalho regular.

Adiante no segundo capítulo : “Homens livres e pobres na constituição do exército piauiense (1860-1875)” discutirá a constituição do Exército Piauiense a partir dos homens livres e pobres da província, inseridos no serviço militar por meio do recrutamento forçado, como uma forma de controle social sobre os setores mais pobres da sociedade, que não se encontravam sob domínio dos patronos locais. O capítulo também discutirá o contraste entre os discursos propagados pela elite e a real situação em que se encontravam esses sujeitos livres e pobres, que na maioria dos casos trabalhavam de maneira autônoma, arando a terra e criando animais para se e seus familiares, desviando-se assim, da hierarquia social piauiense constituída desde o período colonial, a proposta de escrita estará amparada nas discussões realizadas por Monteiro (2016).

Em diálogo com as discussões levantadas pelo capítulo em questão, o subitem 2.1 intitulado: “Recrutamento militar forçado para formação do Exército piauiense: Violência e Controle Social” relata os maus-tratos e a violência destinada a esses sujeitos, que se estendia

desde o recrutamento forçado a vida nos quartéis militares, onde eram explorados para além dos serviços militares, sendo obrigados a trabalharem em serviços particulares das autoridades militares em meio a péssimas condições de vida e trabalho. Este período foi caracterizado por uma combinação de patriotismo e coerção, onde o recrutamento militar era visto tanto como um dever cívico quanto uma imposição violenta, sendo um importante mecanismo de controle social que reforçava a autoridade do Estado sobre a população.

Em conformidade com essa premissa, o subitem 2.2 intitulado “As deserções: formas de resistência ao recrutamento militar forçado” tem como proposta de escrita pensar e entender esses sujeitos históricos como ativos no meio social em que viviam, apesar da condição social subalterna na qual estavam inseridos. Desse modo, em meio as práticas de recrutamento militar forçado destinado a esses sujeitos, sendo a violência característica marcante durante todo o processo de recrutamento até o serviço prestado nos quartéis militares, os quais ofereciam péssimas condições de vida, com moradias insalubres e trabalho análogo a escravidão, esses sujeitos desenvolviam maneiras de resistir a dura realidade que lhes era imposta, sendo as deserções formas de resistência contra a política militar conservadora do Estado Imperial.

Em vista disso portanto, a proposta de divisão dos referidos capítulos e subitens sequenciais, seguem uma organização que reforça a análise dos eventos históricos da pesquisa em questão, desde o fortalecimento do Exército e suas intencionalidades sociais baseadas em uma política conservadora, a qual corrobora por maior controle do Estado Imperial na província, através de variados mecanismos de poder desde a força física do recrutamento ao controle ideológico dos jornais, sendo importantes instrumentos políticos no processo de consolidação do Império no cenário nacional. Por conseguinte nessa lógica, será abordado o perfil do Exército piauiense, formado sobretudo pelos homens livres e pobres por meio do recrutamento militar forçado, caracterizado por ser um violento e coercitivo processo de disciplinarização. Ademais, serão apresentadas as resistências desses sujeitos ao recrutamento militar forçado, como sujeitos ativos no vasto território piauiense oitocentista.

1. EXÉRCITO PIAUIENSE E SUA POLÍTICA MILITAR CONSERVADORA: DAS AÇÕES AS ESCOLTAS (1860-1875)

O segundo reinado do Brasil (1840-1889), caracteriza-se por ser um período da história nacional marcado por complexos e intensos processos políticos, econômicos e sociais, destacando-se sobretudo instabilidades políticas decorrentes à crises referentes ao primeiro reinado e ao período das regências, haja vista, em decorrência de um dos principais pilares econômicos na qual estava alicerçada a sociedade imperial, o regime escravocrata. Assim, em meio a um cenário internacional de pressão pelo fim do então regime como também a intensificação de movimentos abolicionistas em todo o Brasil, culminou-se em uma forte tensão político social, que abalou as estruturas de uma monarquia baseada econômico-socialmente no latifúndio, e na monocultura, ambas atividades dependentes da comercialização/exploração da mão de obra escravizada.

Sob esse viés, Jurandir Malerba (1999) discute a questão na obra “O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX”, onde afirma que: “(...) o latifúndio monocultor voltado à exportação, esteio do sistema produtivo durante os períodos colonial e imperial, só poderia ser mantido pela mão-de-obra escrava.” (Malerba, 1999, p. 29). Entretanto, mesmo após 1850, com a Lei Eusébio de Queiroz, que determinava o fim do tráfico negreiro, a escravidão no País foi mantida por longos quase 40 anos, sendo fortimente sentida pelos sujeitos escravizados com a intensificação dos castigos brutais e desumanas condições de vida, o que resultou na explosão de levantes, fugas e na formação de quilombos, como forma de resistência ao regime.

Ainda, vale ressaltar, a insatisfação popular em diferentes partes do Brasil, reflexo do descaso do Estado Imperial para com as camadas populares da sociedade, o que levou a desencadear revoltas e movimentos sociais nas diferentes províncias do Império, as quais lutavam apesar de suas particularidades motivacionais, locais, e regionais, por direitos cívicos em comuns, decorrentes da concentração do poder e riqueza sob domínio de uma elite agrária, da gritante opressão e desigualdade social, dos abusos de poder, das violências, entre outros desafios enfrentados pelas massas populares, fatores que evidenciaram uma sociedade repleta de mazelas sociais, esquecida e marginalizada pela erudita corte brasileira, que ainda enxergava a população brasileira como periférica.

1.1 A formação do Exército piauiense antecede a guerra do Paraguai

Em meio a tais dilemas e transtornos sociais, o Estado Imperial encontrou dificuldades em conhecer e lidar com os contornos sociais daquela sociedade, como aponta Sidney Chalhoub (2012), no primeiro capítulo da obra “A construção Nacional 1830-1889” sendo assim, um desafio para a construção e consolidação de um Estado Nacional. Nesse sentido, havia a necessidade por parte do Estado em consolidar e fortalecer o seu poder, em busca de maior controle nas sociedades provinciais, tendo em vista as singularidades sociais de cada realidade. Assim, atrelado a aquele contexto histórico social, surge uma dualidade partidária em busca de protagonismo político junto ao Governo Imperial, onde se destacavam as correntes políticas intituladas de Liberal Moderada e Liberal Exaltada, o que mais tarde seriam respectivamente nomeadas de Conservadores os quais defendiam a supremacia do Executivo sobre os demais poderes, como forma de estabelecer a ordem social a partir da reafirmação do poder Imperial. Em contrapartida, os Liberais buscavam estabelecer uma Monarquia Constitucional, onde a Assembleia predominasse sobre os demais poderes, sendo estes, os principais partidos do Império brasileiro.

Ambos divergiam sobretudo em relação à autonomia provincial, no que tange o federalismo e unitarismo e quanto a separação dos poderes. No entanto, as ideologias partidárias Conservadoras e Liberais, obtinham praticamente que os mesmos posicionamentos políticos quanto às populações escravizadas e iletradas da sociedade, como discute Ana Regina Rêgo (2001) em “Imprensa Piauiense: atuação Política no século XIX”:

Ao final da Regência, os dois partidos que se consolidam, gradativamente, apresentam poucos traços divergentes, tanto no que refere à composição social e econômica de seus membros - ambos tinham como base a propriedade -, quanto ao ponto de vista ideológico, o que resulta numa absorção quase completa da vida político-partidária da nação, por parte desses grupos, neutralizando as ideias radicais (democráticas e republicanas) e abolindo a participação do povo no poder. (Rêgo, 2001, p.35).

Com base nessa perspectiva, a província do Piauí durante um longo período de sua história, logo em sua formação política inicial, foi governada por 20 anos (Não consecutivos), pelo Visconde da Parnaíba (Manuel de Sousa Martins), militar e político brasileiro, com tendências voltadas ao liberalismo moderado, tornando-se anos mais tarde membro do partido conservador, estando a frente da presidência da província de 24 de janeiro de 1823 á 30 de dezembro de 1843, o que ainda segundo Ana Regina Rêgo, quanto a sua posição política: “[...] preserva, a todo custo, a ordem na província do Piauí (Rêgo, 2001, p.35). Nesse sentido,

é importante entender qual o significado de ordem, a que custo e a quem se dirigia tal discurso.

Posto isto, nos anos subsequentes a província do Piauí foi governada em sua grande maioria por lideranças conservadoras e liberais, tendo como base uma política militar conservadora em que o Estado Imperial buscava centralizar o seu poder, como explica Adriana Barreto de Souza (1999), que elenca a discussão a partir de uma reforma militar conservadora no Exército durante o período imperial, sendo direcionada pela necessidade de centralização do poder e pela consolidação do Estado. O Exército assim, foi reorganizado com base em diretrizes conservadoras que não visavam a modernização no sentido de profissionalização, mas sim na consolidação da centralização burocrática. O objetivo principal dessa reforma, era concluir o que se denominava de “obra da centralização”, que envolvia fortalecer o controle do Estado sobre as forças armadas para garantir a ordem e a autoridade imperial.

Partindo desse pressuposto, segundo Daniela Marques da Silva (2020):

[...] o Império vivia um cenário de revoltas que ameaçavam sua sobrevivência política. Assim, afirmavam os conservadores, para estabelecer a ordem e inserir o Império no *hall* das nações civilizadas, era preciso reformar o Exército desmobilizado e incapaz de conter as rebeliões. Defendiam que, para ter um Estado imperial forte, era necessário um Exército forte. Logo, uma das estratégias implementadas pelo Partido Conservador foi a realização de uma ampla reforma militar. Com isso, todo o Exército foi reformado nas décadas de 1840 e 1850. (Silva, 2020, p.19, 20)

Dessa forma, tal projeto de centralização do Estado com base em uma política militar por controle, ordem e disciplina internas, não foi executada de forma diferente na província do Piauí, que utilizou do Exército para assegurar um braço forte do Estado centralizador, reprimindo revoltas e assegurando a obediência da população às autoridades imperiais em todo o território. O uso do exército no Piauí, também refletiu a estratégia mais ampla de centralização do poder no Brasil Imperial, onde as autoridades das forças armadas foram instrumentalizadas para integrar as províncias ao sistema imperial, garantindo que as leis e políticas do governo central fossem efetivamente aplicadas em todas as regiões do país, inclusive no Piauí.

Assim sendo, de acordo com a Lei de Promoções do Exército Brasileiro promulgada em 1850, como parte das reformas discutidas por Souza (1999) em tese, como discutido por Daniela Marques da Silva (2020), indicava mudanças significativas na organização do corpo de oficiais do Exército, a partir da reforma instituída por Manoel Felizardo de Souza e Melo, ministro da Guerra em 1850, (assim como de seus antecessores, sendo um projeto pensado

desde 1840), de modo que a partir de então, vigorava-se requisitos mínimos como tempo de serviço, idade mínima para ingresso no oficialato, instrução na Academia militar, entre outras normas para efetivação de promoção em postos oficiais, o que rompia por completo a hierarquia militar de tradição aristocrática que permitia a nobreza ocupar altos postos militares sem qualquer formação militar.

No entanto, ainda segundo a autora, a Lei de promoções do Exército não foi uma ação defendida exclusivamente por Manoel Felizardo de Sousa e Melo contra toda uma elite civil, mas sim um projeto de lei pensado por muitos homens ao longo de no mínimo quatro anos sendo discutida. Ademais, Daniela Marques disserta: “vejo a lei de promoções como integrante de um conjunto de reformas no Exército durante o período imperial (as reformas conservadoras apontadas por Ilmar Mattos e Adriana Barreto de Souza) (Silva, 2020, p.35)”. Diante do exposto, para a autora, a lei de promoções nada mais foi que uma ação política atrelada as reformas conservadoras, que visavam a consolidação do Estado Imperial em busca de uma modernização que obtinha consequentes transformações em suas instituições militares, e que a partir de então, formava-se obrigatoriamente oficiais para o Exército, indo muito além da profissionalização militar, mas com claras intencionalidades de controle social sobre os setores mais pobres da sociedade.

A partir dessa compreensão, no Piauí, com base na análise de relatórios provinciais, percebe-se a preocupação em lidar com questões sociais através de uma visão conservadora, propondo o controle sobre os considerados “vadios” e reforçando a organização militar da sociedade. Fundamentada nessa análise, é possível identificar alguns trechos presentes nos relatórios que discutem essas questões, político sociais, a partir da ótica conservadora e sua política militar, como aponta um escrito do ano de 1858 referente ao presidente do período, João José de Oliveira Junqueira, membro do partido conservador, onde discute a respeito do corpo de polícia da província e relata algumas dificuldades em obter um número de praças que considere completo, principalmente para a linha de frente. Nisso, solicita aos deputados da assembleia legislativa provincial:

[*Sic*] Mande, por Portaria de 12 de Janeiro do corrente anno, a qual vos será presente, e auctorizado pelo artigo 20 da Lei n. 380 de 22 d’ Agosto de 1851, restabelecer o castigo corporal, porquanto reconheceo-se que a disciplina ia á perder-se sem esse correctivo. E de feito assim havia de acontecer em um Corpo formado quasi pelo recrutamento. (p.8)

A partir da análise realizada no presente escrito oficial, percebe-se por parte do então presidente, a necessidade de restabelecer castigos corporais destinados aos policiais, amparando-se no citado artigo 20 da Lei nº 380 de 22 de agosto de 1851, com a justificativa

de que esses métodos se faziam eficazes para manterem a ordem e a disciplina entre os soldados e policiais, ressaltando ainda, que era preciso restituir os métodos coercitivos ao corpo de polícia, com a justificativa que o mesmo era formado quase que pelo recrutamento forçado, devido à rejeição dos sujeitos em fazer parte da instituição, sendo assim, os castigos corporais formas de punir os membros do corpo de polícia que resistiam aos serviços policiais.

Diante do exposto, tal discurso parte de um esforço cada vez maior do Governo Imperial em criar uma estrutura mais organizada e disciplinada para as forças policiais, que vinham desempenhando um relevante papel na manutenção da ordem pública. É portanto, indispensável entender, que essa prática estava em sintonia com a política militar conservadora implementada pelo Estado Imperial, praticada sobretudo nas instituições militares, desde a violência presente no processo de recrutamento militar, aos serviços forçados análogos a escravidão associados as péssimas condições de vida dos quartéis militares, sendo assim uma estratégia coercitiva de ordem na manutenção do poder.

De tal forma, o Exército piauiense se constituía a partir desse projeto conservador do Estado Imperial, que passou a funcionar como um braço administrativo do Estado, responsável pela repressão de revoltas e pelo controle da ordem pública na sociedade. Desse modo, a formação do exército brasileiro se constituiu a partir dos sujeitos marginalizados da sociedade como as pessoas escravizadas, homens livres e pobres, sendo estes brancos, negros mestiços, estrangeiros, voluntários, como também recrutados a força, de maneira que a composição do exército, se caracterizava como uma pequena amostra da miscigenação da população brasileira, da desigualdade e das mazelas da sociedade imperial. Para além dessa perspectiva, Ricardo Henrique Salles analisa os mais diversos elementos presentes na formação do exército e no cotidiano da guerra do Paraguai, como a disciplina imposta aos sujeitos, as condecorações, punições, doenças, mortes, assim como a exclusão, negligência e marginalização atribuída a população pobre e livre da sociedade, sendo os reais direitos de cidadania restritos a uma pequena parcela da população imperial (Salles, 1990).

Assim sendo, a partir de registros oficiais da presidência entre os anos de 1851/54, é possível encontrar relatos que evidenciam tal realidade imposta a população pobre e livre no que concerne a formação das escoltas e tropas para o exército piauiense a partir desses sujeitos como aponta o seguinte escrito oficial:

Recebendo o seu ofício de 28 do mês passado, não me comuniquei as diligências do Comando de radicais e turbulentos que, sob a proteção de Manuel de Bueno, cometem furtos na Serra de Bragança, embriagando-se, provocando assaltos a lugares circunvizinhos, insultando [Desconhecido] e de tudo libertando-se, assim como das suas autoridades para manter a tranquilidade pública no distrito de sua jurisdição. É muito necessário que se empregue na perseguição de crimes em geral, especialmente nesse bando de desordeiros, e o sossego público em ordem para que não repitam tais fatos que outrora praticaram, sendo conveniente que busque a diligência de descobrir os lugares em que porventura se tenha asilado, e pessoalmente capturá-los o quanto antes. (p.99)⁴

De acordo com a transcrição do presente escrito, trata-se de uma carta em que consta uma comunicação sobre grupos de sujeitos considerados desordeiros, na qual relata-se que os mesmos estão praticando crimes sob a liderança de Manuel de Bueno, perturbando dessa forma, a ordem pública na região da Serra de Bragança. O documento pede ações imediatas para conter esses ditos bandidos para que assim, possa restaurar a tranquilidade na área. Ainda, sob essa lógica, o escrito discute:

[...] ter mais recrutados para o serviço do Exército, visto que nada mais justo, e mais conforme aos interesses da sociedade, e deles mesmos, do que dar-se no serviço do Paiz uma ocupação honesta a indivíduos vadios e ociosos, e que pela disciplina militar se tornem sustentáveis na ordem pública, àqueles mesmos, que a perturbam. Deus guarde a Vm.cê Francisco Sericio de Carvalho Antônio João da Rocha Valle Subdelegado de Polícia do Distrito do Termo a Deivis na Província aos 30 de novembro. (p.99)

Assim, o documento aborda a necessidade de recrutar indivíduos considerados vadios e ociosos para o Exército, como uma forma de ocupá-los, garantindo sua utilidade e serventia pública ao país por meio do Exército, maneira considerada honesta segundo os discursos oficiais, por meio de uma ordem impositiva, garantindo a disciplina desses sujeitos aos desmandos das autoridades militares amparadas pelo Estado. Logo, o objetivo do recrutamento forçado praticado através da captura desses indivíduos, indica uma espécie de ordem pública baseada na coerção do homem pobre e livre.

Posto isto, as violentas ações do Estado para formar escoltas que ocupassem as fileiras do Exército Imperial se desenvolviam a partir da perseguição desses indivíduos e captura dos mesmos, uma espécie de caçada humana, em que castigos brutais, trabalho forçado, maus tratos entre outras formas de tortura e violência eram justificadas pelas autoridades locais e militares, como forma de disciplinar esses sujeitos que supostamente se encontravam no ócio e na vadiagem, lhes oferecendo trabalho regular através do serviço militar.

⁴ Registro de ofícios da presidência: SPE COD. 757; ESTN. 07; PAAT. 01; 1851/54

Assim sendo, antes de discutir as práticas de recrutamento militar forçado e suas implicações sociais que abarcam as mais diversas esferas da sociedade piauiense oitocentista entre 1860 à 1875, faz-se de suma importância enfatizar a preexistência do Exército e suas intencionalidades no meio social, antes mesmo do surgimento da guerra do Paraguai, onde é notória uma atenção especial no campo de pesquisas e discussões destinadas a instituição, como se a mesma fosse resultado de um preparo militar para combater as tropas paraguaias.

No entanto, faz-se necessário pensar o Exército piauiense durante o século XIX, compreendendo a formação da instituição, os interesses político e sociais e o seu crescimento junto ao processo de consolidação do Estado Imperial, como um projeto político militar conservador, construído anteriormente a guerra do Paraguai, com ênfase em suas reformas e na centralização do poder ao longo dos anos nas sociedades provinciais, como discute Adriana Barreto de Souza na referida tese de mestrado “O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora” onde a autora reitera que “Em fevereiro de 1850, o imperador d. Pedro II abriu os trabalhos da Câmara dos Deputados expondo o desejo de aumentar a força do Exército para transformá-lo em uma organização mais regular e vigorosa.” (Souza, 1999, p.17).

Nesse sentido, faz-se pertinente avaliar as seguintes indagações: O que o partido conservador pretendia com o fortalecimento da instituição militar em um momento em que o Brasil não se encontrava em conflitos externos? O que o Exército combatia antes dos inimigos paraguaios? Essas e outras perguntas se fazem norteadoras para entender os interesses políticos conservadores ao fortalecer a instituição em meio ao processo de consolidação do Estado Imperial

Em vista disso, o Exército exercia um controle mais rigoroso sobre a população civil piauiense, de modo que o processo de recrutamento militar era marcado pela violência e coerção social destinada aos homens livres e pobres como já mencionado anteriormente, sendo uma ferramenta de controle social sobre a pobreza livre da sociedade piauiense. Assim, a violência e a coerção utilizadas nesse processo refletem a maneira como o Estado exercia seu poder sobre a população civil, utilizando o serviço militar como um meio de disciplinar e controlar aqueles considerados marginais ou indesejáveis. Este contexto histórico ressalta as complexidades do recrutamento militar como um fenômeno que saltava para além da preparação para a guerra, envolvendo sobretudo questões de poder, controle e dominação social, como parte do processo de fortalecimento e consolidação do Estado Imperial.

À vista disso, com a intensificação de rebeliões compostas em sua grande maioria por sujeitos pretos, pardos, escravizados, quilombolas, libertos, indígenas, entre outras

variações da marginalizada população civil, insurgia-se em várias partes do império revoltas populares, como é o caso da Balaiada (1838-1841) movimento que surgiu inicialmente no Maranhão em meio a esse contexto de insatisfação social, política e econômica, estado em que se encontravam as massas populares, característica predominante da sociedade imperial. Desse modo, logo o movimento se propagou pelas demais províncias do Ceará e Piauí, sendo uma revolta na qual os grandes proprietários de terras e de pessoas escravizadas, autoridades provinciais e comerciantes locais lutavam contra vaqueiros, artesãos, lavradores, escravizados e pequenos fazendeiros, os quais não gozavam dos direitos de cidadania, do acesso à propriedade da terra, sendo explorados continuamente pelas oligarquias locais.

Com base nesse pressuposto, Claudete Maria Miranda Dias (1995) contextualiza o movimento balaio em seu texto “Balaiada: a guerrilha sertaneja” onde discute:

A Balaiada foi um movimento que se estendeu por quase toda a província do Piauí, tanto no que se refere aos balaies, quanto às forças da repressão, envolvendo quase a totalidade de seus municípios, como Parnaíba, Piracuruca, Campo Maior, Jerumenha e Paranaguá, além das margens e vales dos principais rios (Parnaíba, Poty, Canindé, Gurgéia) e interior das matas, ocupados pelos rebeldes balaies [...]. Eles pegaram em armas e conduziram a Balaiada contra as arbitrariedades do Barão da Parnaíba que governava o Piauí desde 1823 de forma autoritária e clientelista. Este constitui um dos principais motivos que levaram os setores populares a participarem da Balaiada no Piauí e se unirem aos balaies do Maranhão. (Dias, 1995, p.80)

A partir dessa análise, entende-se assim a presença do movimento em várias partes da província piauiense como uma forma de resistência ao autoritarismo conservador do Visconde da Parnaíba (Manoel de Sousa Martins) já mencionado anteriormente como uma administração marcada pela disciplina a qualquer custo, inclusive pela opressão e exploração contínua das camadas populares, de modo que a Balaiada não se caracterizava como uma revolta de bandidos ou marginais desocupados e que viviam no ócio, mas de sertanejos piauienses que lutavam por melhores condições de vida em meio a malha patronal na qual estavam inseridos.

Assim, de acordo com um relatório provincial do então Barão da Parnaíba, Manoel de Sousa Martins, referente aos anos de 1839 e 1840, são relatados a assembleia legislativa provincial, um discurso o qual buscava-se acusar, marginalizar e criminalizar os balaies e suas ações no meio social, onde termos como “Malvados”, “rebeldes”, “salteadores” e “bárbaros” são frequentes ao se referir aos mesmos. Descreve:

[sic] Em quanto nossas Tropas entretinham-se com estes salteadores (outro nome lhes não cabe melhor) vi com dôr levantar-se no Municipio de Paranaguá o echo de desobediencia ás legitimas autoridades; e bem que estes dezordeiros quisesem a principio contestar seu procedimento com futeis pretextos, em bem pouco tempo foram trahidos por seu comportamento em tudo semelhante com os quadrilheiros do Maranhão, e então ninguém duvidou de que alguma semente d'aquela primeira arvore tivesse sido plantada no terreno d'onde se levantavam tantos arbustos; (...) (p.10)

Apoiada na análise do presente texto descrito pelo Barão da Parnaíba, percebe-se a presença de elementos os quais buscam criminalizar, diminuir e marginalizar a luta e o movimento balaio dos sertanejos, como uma maneira de justificar a violência presente como pano de fundo das ações que foram tomadas pelas autoridades para conter a revolta sertaneja em todo o território piauiense. Dessa maneira, fortalecer o Exército provincial junto ao Estado imperial no que concerne concentrar o poder por meio das autoridades militares no controle sobre as massas populares, desmobilizando o movimento tanto pelo combate das lutas desiguais entre militares armados e sertanejos totalmente despreparados para um confronto, mas que a indignação da vida difícil encorajava-os doarem-se ao custo de suas vidas por uma causa conjunta maior, quanto pelo recrutamento militar forçado voltado para esses sujeitos considerados marginais pelos discursos oficiais, caracterizando-se assim como uma forma de enfraquecer o movimento balaio no Piauí.

Diante dessa concepção, houve a necessidade por parte das autoridades de aumentar as escoltas para compor as fileiras do Exército assim como do corpo de polícia tanto no combate a balaiada, como de indesejáveis futuras revoltas que viessem a surgir na província. Desse modo, a partir de informações coletadas no relatório provincial de autoria do então presidente Antonio Correa do Couto no ano de 1859, percebe-se a solicitação do presidente em aumentar o número de praças do Exército de 16.000 mil homens para 20.000 mil sujeitos aos serviços militares, argumenta:

[Sic] Seria muito conveniente que, em lugar de 16:000 praças de pret de linha em circunstancias ordinarias para o serviço militar, fosse elevado esse número a 20:000 com a condição de serem inteiramente dispensados os guardas nacionais de servir, pois que em todas as provinciais, em que tenho estado, tenho observado o veixame que soffrem abandonando, quando menos esperão suas casas e occupações [...]. Para evitar estes inconvenientes valeria apenas que se despendesse mais alguma couza e se elevasse a força de linha a 20:000 homens; o argumento de 4 mil homens não é muito para um Paiz que pode ter 8 milhoes de habitantes [...] (p.7)

O que observamos a partir do trecho do relatório em questão é a urgência por parte das autoridades provinciais em aumentar o número de praças para compor as fileiras do exército piauiense, em um momento em que o Brasil não se encontrava em conflitos externos

como já mencionado anteriormente, sendo o fortalecimento da instituição militar na província uma estratégia de controle político e social tomada pelas autoridades, muito antes e além da preparação para a guerra do Paraguai.

Em consonância com essa perspectiva, torna-se evidente as reais intencionalidades político, econômicas e sociais presentes como pano de fundo no fortalecimento do Exército piauiense muito anteriormente a guerra do Paraguai, assim como das práticas de recrutamento militar, de modo que utilizava-se de forma estratégica da pobreza daquela sociedade oitocentista para compor as fileiras do exército por meio de violentas e coercitivas ações de recrutamento militar, para que os homens livres e pobres recrutados através de métodos opressivos viessem a lutar e combater os movimentos e revoltas populares de sua própria classe social que viessem a surgir. Era uma espécie de manutenção do poder por parte das autoridades do Estado Imperial, onde se utilizava-se da pobreza para combater e controlar a própria pobreza piauiense.

Em meio a esse processo de consolidação por maior controle político e social do Estado Imperial, o Exército se fazia um importante aliado nesse processo, tanto como uma instituição que explorava a mão de obra e a força de trabalho dos sujeitos livres e pobres recrutados, quanto como uma força repressiva no combate à população civil que se manifestasse contrária ao poder vigente das autoridades. Os métodos utilizados para controlar os soldados variavam desde os maus tratos do trabalho forçado, até as mais precárias condições de miséria como aponta a seguinte análise de um relatório provincial referente ao ano de 1844 do então presidente José Idelfonso de Sousa Ramos, onde discute às condições em que se encontravam os soldados que na maioria dos casos advinham das camadas mais pobres da sociedade: “[*Sic*] Sem perceber soldo, praticaram a sua miséria hum abuso [...] obrigados a vender por muito menos, para poder manter seo mingau. (p.18)”.

O relato em questão retrata as condições precárias enfrentadas pelos soldados, que, segundo o documento, são oriundos das camadas mais pobres da população destacando que os mesmos enfrentavam dificuldades e exploração financeira, pois não recebiam pagamento adequado (“sem receber soldo”) e, devido à miséria em que se encontravam, eram obrigados a se venderem “vender por muito menos” ou seja, se sujeitar às mais diversas situações e desmandos das autoridades para garantir seus sustentos e direitos humanos básicos, como é o caso da alimentação. Esta descrição expõe também um quadro de abuso e negligência, onde esses sujeitos, mesmo sob o peso de suas obrigações militares, eram deixados à mercê da pobreza e da exploração, caracterizando-se como um quadro de opressão sobre aqueles que se encontravam em situação de vulnerabilidade social.

Nessa conjuntura, o Exército piauiense se constituía como uma pequena amostra das mazelas da sociedade imperial, onde a história militar da província sobretudo no século XIX, se desenrola a partir das camadas populares, para o controle e vigilância das camadas populares, sendo sua formação e fortalecimento um preparo militar para combater movimentos e revoltas internas, mas que eventualmente com o surgimento e desenrolar da guerra do Paraguai, também se dispôs a lutar contra o vizinho Sul-americano.

Sob esse viés, Ricardo Salles (1990), no livro “Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do Exército” discute esse caráter marginalizado atribuído a aqueles que serviam ao Exército brasileiro:

Até então, servir nas fileiras do exército era algo que vinha acompanhado do estigma de degradação social; os recrutados eram obtidos junto aos elementos desqualificados (como tais definidos pela ordem e pelo pensamento dominantes vigentes) da população: desocupados, vagabundos e malandros. [...] Considerar o serviço militar como uma penalidade que recaía sobre os desqualificados, quando o exército era uma instituição secundária e quantitativamente pouco expressiva, era uma coisa. Outra era igualar a mobilização nacional a uma enorme punição que recaía sobre o conjunto do País. (Salles, 1990, p. 62)

Assim, o autor enfatiza a dificuldade do voluntariado para compor as fileiras do exército brasileiro no período da guerra do Paraguai, devido a identidade construída ao longo dos anos atribuída à instituição, como um lugar o qual destinavam-se sujeitos desqualificados como uma forma de punição social exclusiva à vagabundos, malandros e desocupados. No entanto, muitas das ocorrências de criminalidade atribuídas a esses sujeitos, nem sempre condiziam com a realidade em que se encontravam, assunto a ser discutido e analisado no próximo capítulo.

Seguindo essa lógica, Salles (1990) discute ainda:

Finalmente, a extensão do poder e da capacidade hegemônica do Estado Imperial tinha um significado mais diretamente coercitivo em relação aos setores livres populares. A ação do governo junto a estas parcelas da população era primordialmente no sentido do recrutamento e da disposição física sobre o contingente militar potencialmente representado por esses setores. (Salles, 1990, p. 60)

Levando em consideração as discussões levantadas pelo autor, no que concerne o perfil dos soldados do Exército nacional, e as condições econômicas e sociais em que se encontravam, trazendo para o contexto local piauiense, torna-se ainda mais evidente a necessidade e urgência das autoridades militares e do Estado Imperial em fortalecer o Exército muito antes da Guerra do Paraguai, pois o abastecimento da carne humana nos quartéis militares atendia aos interesses políticos e econômicos da coroa, visto que esses

sujeitos não passavam de uma espécie de massa manobrável no jogo de poder do Império, mas que apesar da ausência de recursos financeiros, o grande setor popular do império deveria ser controlado e manuseado pela força e disciplina militar, pois unido e liberto das amarras sociais impostas pelo sistema, sem dúvidas abalaria os principais pilares que sustentavam o topo do poder imperial.

Diante do exposto, o Exército se configurava como uma importante e indispensável ferramenta de controle das massas populares pelo Estado Imperial, seja pelo recrutamento forçado, ou pelas intervenções militares em revoltas e movimentos sociais desencadeados em todo o Brasil, de modo específico na província do Piauí, onde por meio de relatos retirados a partir do relatório provincial referente ao ano de 1841(ano que marcou o fim do movimento balaio), do então presidente Manoel de Sousa Martins (Visconde da Parnaíba), é possível encontrar relatos os quais explicam a que custo houve “Tranquilidade pública” assim nomeado o tópico em que relata:

[*Sic*] Com a dissolução das Forças passou o Major Antonio de Souza Mendes a ter Commando geral dos destacamentos dos tres primeiros Municipios, os quaes, com o da Parnahiba contem 427 Praças, menor numero, que pareceo indispensavel para compor os ditos, a fim de menter se a ordem e a tranquilidade publica, recentemente restabelecida a custa de grandissimos sacrificios; [...] (p.4).

Dessa forma, torna-se evidente quais eram os sujeitos históricos os quais sacrificaram-se para restabelecer a paz ou melhor digamos, restituir a zona de conforto do Estado Imperial na província do Piauí, onde de um lado tinha-se os sertanejos balaioes que lutavam contra o autoritarismo do então presidente Manoel de Souza Martins, Barão da Parnaíba, e do outro os militares advindos das camadas populares da província piauiense, sendo estes sujeitos recrutados à força, os quais, em maioria dos casos, submetiam-se aos serviços militares devido a violência instituída aos desvalidos de bens materiais, subjugados pelas autoridades, tidos como marginais, vadios e vagabundos, pelos discursos oficiais, e que de uma forma ou de outra, no fim, o pobre sertanejo piauiense era sacrificado nas batalhas para manter a paz ou os postos de poder das elites locais.

Assim, com base nessas discussões e dados obtidos a partir das fontes analisadas sejam elas relatórios provinciais ou escritos oficiais os quais apontam o fortalecimento do Exército a partir das camadas populares, muito anteriormente ao período da Guerra do Paraguai, de modo que é possível constatar em tais documentos um aumento significativo nas forças militares piauienses, de modo que a partir de então, tais esforços são voltados para reprimir revoltas e movimentos sociais na província, ações essas que evidenciam uma

estratégia do Estado Imperial em garantir a estabilidade interna da província piauiense, prevenindo o alastramento de conflitos que poderiam comprometer a hierarquia do poder e a autoridade das elites locais.

Diante do exposto, portanto, faz-se importante ressaltar a discussão levantada por Souza (1999) no que se refere à citada fala do Imperador D. Pedro II, no ano de 1850, em que enfatizou a necessidade de um Exército forte e organizado, pronunciando este que também defendia um aumento não somente em números, mas em eficiência e estrutura organizacional. Nesse contexto, o Exército foi equipado com mais recursos, como também na criação de instituições militares, sendo um marco na profissionalização e independência da organização militar, preservando a influência do partido conservador e sua política militar. Essas ações desconstruem por completo discussões historiográficas que até fins de 1990 buscavam explicar um desprezo do Estado Imperial para com o Exército, como sendo uma relação marcada pela hostilidade e aversão, mas que pelo contrário, a partir dessa análise, percebe-se que na verdade houve investimentos do Estado Imperial em fortalecer a instituição nas sociedades provinciais, como retrata a referente pesquisa na província do Piauí.

1.2 Imprensa piauiense: importante instrumento político para legitimar interesses na formação de opiniões

A vida política piauiense durante o século XIX, especificamente entre os anos de 1860 a 1875, se constituía a partir da elite rural da província, de modo que os núcleos familiares locais detinham o poder vigente, controlando desde as relações sociais, políticas e econômicas aos os principais cargos estatais referentes aos principais partidos políticos da época. Desse modo, com o uso e controle da imprensa piauiense não foi diferente, de maneira que o Estado e suas autoridades interferiam diretamente na construção dos conteúdos a serem divulgados assim como nas intencionalidades das falas e matérias publicadas nos jornais, fazendo da imprensa uma importante e indispensável ferramenta política de controle ideológico na formação de opiniões públicas.

Nesse sentido, a tutela familiar dos jornais incorpora valores, princípios e visões de mundo próprias dos segmentos políticos as quais pertenciam, fazendo com que se reproduzissem notícias e matérias as quais estivessem de acordo com seus interesses político-sociais, sendo assim projetadas informações as quais vinculavam aos homens livres e pobres da sociedade piauiense, características relacionadas ao ócio e a vadiagem, como maneira de justificar o recrutamento militar forçado e a violência presente nesse processo militar,

persuadindo a sociedade de que esses sujeitos estavam à margem da lei, e somente o Exército poderia oferecer-lhes moralidade e trabalho regular.

Com base nessa perspectiva, como já discutido anteriormente, independente do grupo político em que estivesse alicerçado ideologicamente determinado jornal, conservadores ou liberais obtinham praticamente que os mesmos posicionamentos políticos quanto às populações escravizadas e iletradas da província, sendo a tutela desses jornais sob controle de advogados, juízes, oficiais militares, professores, altos funcionários públicos entre outros indivíduos com formação de nível superior, assim como afirma Ana Regina Rêgo,: “Os bacharéis dominam tanto a imprensa quanto a política, o que torna difícil definir o limite entre as duas. Os jornais, assim como os redatores, mantêm posições partidárias definidas e defendem seus interesses de forma contundente e, por vezes, agressiva.” (Rêgo, 2001, p. 77) fator este que influenciava a propagação de discursos de caráter depreciativo destinado aos grupos marginalizados daquela sociedade entre eles, os homens livres e pobres.

A partir desta concepção, a imprensa piauiense do século XIX se encontrava estritamente relacionada entre jornalismo e política, de modo que se manifestava claramente ao público tal ligação ideológica a partir dos discursos impressos presentes nas páginas dos principais periódicos que circulavam em toda a província. Assim sendo, a professora Lavina Madeira Ribeiro com base na referida obra de Ana Regina Barros Leal Rêgo intitulada “Imprensa piauiense: atuação política no século XIX.” descreve que:

Imprensa piauiense: A atuação política no século XIX revela que o conteúdo desses jornais está profundamente marcado pelas oscilações de interesses dos partidos a que se vinculam. Os jornais são criados pelos partidos com a intenção explícita de dar voz aos seus interesses. (Ribeiro, 2002, p. 173)

Assim sendo, os mais diversos discursos de caráter depreciativos destinados aos homens livres e pobres da província piauiense, nada mais eram que estratégias da elite local para acusar esses sujeitos de ociosos e vagabundos por meio dos jornais, propagando tais notícias e informações como maneira de justificar a necessidade do recrutamento forçado destinado a essa classe intermediária, prestando serviços à sociedade através do Exército.

Para além das acusações destinadas a esses sujeitos livres e pobres, nota-se através da análise dos jornais o uso de palavras de baixo calão ao noticiar casos de deserções do Exército, atribuindo ao ato de deserção um caráter de criminalidade no meio social, como forma de alertar a população que havia supostos criminosos a solta, evitando qualquer apoio aos fugitivos do Exército, incentivando também denúncias aos casos de deserção.

Nessa lógica, a partir da análise do jornal “O Piauí” referente ao ano de 1873 é relatada a seguinte notícia em que informa a população no que diz respeito às penalidades atribuídas ao crime de deserção:

Crimes e Penas.

[Sic] Art.16. Qualquer praça da companhia policial que faltar ao quartel por espaço de oito dias consecutivos, será qualificado desertor, e como tal punido com a pena de de seis meses de prisão. Art. 17. A deserção será agravada, e então a pena dobrará:

§ 1º Estando a praça de guarda, em marcha, ou em serviço importante. § 2º Levando consigo armamento, ou roubando aos seus camaradas. § 3º Comettendo qualquer violencia contra cousa, ou pessoa para levar a effeito a disserção. § 4º Ja tendo disertado uma vez [...].⁵

Diante do exposto, o uso do jornal em questão, noticia em primeira mão a devida pena destinada aos sujeitos que praticassem o ato de deserção, ou seja, fugir das obrigações militares violentamente impostas pelo Estado aos sujeitos livres e pobres, sendo a fuga partir de tal regulamento crime com variadas penalidades de acordo com a especificidades de cada desertor como consta os parágrafos dos artigos subsequentes. Nesse contexto, de acordo com Ana Regina Rêgo quanto a posição político ideológica do jornal em questão afirma que: “Do período que se segue à mudança da capital até a queda do Império, a presente pesquisa identifica oito jornais conservadores- A Ordem; O semanário; O Conservador; A Opinião Conservadora; A Moderação; O Piauí; A Época e A Phalange - [...]” (Rêgo, 2001, p. 259).

Dessa forma, o jornal em questão segundo a autora possui um discurso voltado para o partido conservador da época, de modo que grande parte do conteúdo de suas notícias buscavam satisfazer os interesses do partido, tendo em vista o controle ideológico por trás das informações produzidas por membros pertencentes a determinado grupo político, como é o caso da referida informação em que busca intimidar direto ou indiretamente sujeitos desertores que viessem a fugir das obrigações militares, informando a partir da notícia, as devidas punições. Assim, com base nessa discussão Rêgo (2001) explica: “Os jornais veiculam anúncios publicitários, algumas colunas de notícias (geralmente de interesse do próprio jornal) e anúncios pessoais.” (Rêgo, 2001, p. 79).

De tal forma, os jornais se faziam indispensáveis instrumentos de manuseio político ideológico na formação de opiniões públicas, como meio de legitimar interesses junto à população, sendo utilizados como veículos estratégicos para disseminar ideias relacionadas a questões sociais e decisões políticas. Nessa ótica, e tendo como base a sociedade piauiense do século XIX, os jornais desempenhavam um papel crucial na articulação entre as elites locais e

⁵ O Piauí, 12 de novembro de 1873, Nº 287, p. 1

o governo central, funcionando não apenas como porta-vozes de grupos dominantes, mas também como meios para a construção de narrativas e discursos que reforçavam seus projetos políticos e interesses específicos, como é o caso das reformas militares conservadoras discutidas por Souza (1999).

Nesse entendimento, por meio de editoriais e notícias selecionadas, esses jornais moldavam percepções e consolidavam alianças, muitas vezes em detrimento de segmentos menos favorecidos da sociedade, como é o caso da seguinte notícia do jornal “A Imprensa” em uma publicação referente ao ano de 1865 onde por meio de uma matéria consta a seguinte fala:

[*Sic*] O recrutamento forçado é um recurso difficil, moroso e portanto, insufficiente: não deve, porém, ser posto de lado: grande é o número de homens no vigor da idade que não pertencem a guarda nacional e que, infelizmente habituados ao ocio, negão-se e fogem ao serviço militar. para esses o recrutamento forçado; moroso embora sempre nos dará tempo algumas centenas de soldados, e tanto mais que na actualidade o patronato, que a tantos bons recrutas afasta do exército, seria mais do que um erro, seria um crime.”⁶

Tendo em vista a seguinte descrição, é explícita a necessidade de manter as práticas de recrutamento militar forçado aos considerados ociosos daquela sociedade, que apesar do relato de ser um processo difícil e demorado não deve ser deixado de lado, pois é através dele que se recruta homens jovens e vigorosos retirando-os do ócio e levando-os a servirem o exército. Desse modo, o uso do referido jornal com base na examinada publicação, não deixa dúvidas que os discursos produzidos e publicados pela imprensa piauiense obtinham posições partidárias claras e explícitas em cada fala transcrita.

Ademais, o uso dos jornais piauienses não limitavam-se a noticiar assuntos relacionados a deserção ou editoriais os quais posicionavam-se a favor do recrutamento forçado aos sujeitos livres e pobres, mas também se faziam importantes veículos de comunicação utilizados para divulgação de propagandas patrióticas entre outras estratégias midiáticas para convocar sujeitos voluntários a compor as fileiras do exército sobretudo no período da guerra do Paraguai, como explica o professor Dr. Johny Santana de Araújo em sua tese de doutorado intitulada: “Bravos do Piauí! Orgulhai-vos... A propaganda nos jornais piauienses e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866”, onde reitera que:

⁶ A Imprensa, 16 de setembro de 1865, N° 00008 p. 3

[...] em 1865, quando já havia iniciado o conflito com o Paraguai, graças ao apoio e cumplicidade de grande parte da imprensa, o Império brasileiro passou a conduzir a opinião pública, através de intensa propaganda a fim de angariar apoio popular à causa, consistindo numa verdadeira preparação psicológica de corações e mentes para a convocação de voluntários para servirem nas forças armadas, principalmente no exército.

Em Teresina os jornais *A Imprensa*, *Liga e Progresso* e posteriormente *O Piauí*, foram exemplos de dedicação da empresa jornalística na mobilização para a guerra.” (Araújo, 2015, p. 117)

Partindo dessa premissa, a imprensa piauiense se fazia uma importante e indispensável ferramenta do Estado Imperial no que concerne formar uma opinião pública que estivesse em sintonia com os seus interesses políticos sociais, entre eles, formar o exército a partir dos grupos marginalizados da sociedade, fortalecendo consequentemente a instituição militar, tanto pelo recrutamento militar forçado desses sujeitos como analisado anteriormente, quanto através do voluntariado atraído principalmente pelas intensas propagandas divulgadas entre os principais periódicos da província.

Dessa forma, é certo que esta maneira se caracterizava como um dos principais meios do Governo Imperial adentrar-se na sociedade mantendo um controle ideológico por meio dos diversos mecanismos utilizados pela imprensa como implementar um discurso patriótico nos setores populares desde a utilização da imagem do próprio Imperador como militar assim como da apropriação da imagem da jovem Jovita Feitosa no período, como estratégias de incentivar o voluntariado para a guerra do Paraguai, assim como reflete a professora Cleane Maria Alves Rocha em seu trabalho de Monografia, onde afirma que:

“Os espetáculos de aclamação de Jovita se tornaram parte importante da campanha imperial para o alistamento voluntário, campanha esta que teve como primeiro protagonista o próprio Imperador D. Pedro II, que surpreendeu a todos com a sua atitude de assumir o papel de ‘voluntário número um’.” (Rocha, 2011, p.41)

A partir dessa discussão, percebe-se uma gama de recursos utilizados para promover um sentimento de amor ao Brasil e união em comum contra o Paraguai, visto que a ideia de que até mesmo uma mulher, interpretada como sexo frágil naquele contexto histórico social piauiense, estava se alistando ao exército em conjunto com o próprio Imperador, gerava uma proporção midiática favorável a campanha patriota em todo o Brasil na busca por voluntários da pátria.

Além disso, o discurso empregado nos jornais assemelha-se com o pensamento de Michel Foucault na obra “A ordem do discurso” (1996), no que tange a relação entre discurso e poder, ou seja, o uso do discurso como instrumento de poder político, no qual é importante

entender o lugar social de onde são proferidos e as intencionalidades por trás dos diferentes tipos de discursos, de modo que o autor busca analisar os discursos com base nas relações de poder estabelecidas, enfatizando como esse discurso é controlado, selecionado e organizado em sociedade, entre outros mecanismos utilizados para a manutenção do controle social. Isso explica a constante disputa pelo controle da imprensa entre os partidos da época, que a partir de suas publicações nos jornais buscavam por meio dos discursos publicados defender e dar voz aos seus interesses político-sociais.

Assim sendo o autor explica:

Nisto, não há nada de espantoso, visto que o discurso — como a psicanálise nos mostrou — não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é objeto do desejo; e visto que isto a história não cessa de nos ensinar — o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar. (Foucault, 1999, p. 10)

O uso do discurso nesse sentido, se faz uma indispensável ferramenta político ideológica na formação de opiniões públicas e consequentemente no controle das massas populares, de forma que seus interesses e opiniões ganham legitimidade a partir dos discursos publicados nos jornais junto a sociedade, como forma de manusear a opinião pública favoravelmente às autoridades, como uma forma de manutenção do poder dos grupos dominantes da província piauiense, ou seja, de acordo com as palavras do autor, é a manifestação dos objetos de desejo para permanecer no poder, isto é, a dominação sobre o homem livre e pobre.

Para fomento dessa análise, de acordo com o jornal “O propagador” em uma publicação referente ao ano de 1860 enfatiza a seguinte discussão:

[*Sic*] O recrutamento é, sem dúvida, uma das mais poderosas armas de que se servem os políticos empolgados nas posições oficiais, afim de adquirir proselitos — ainda que forçados. Para os amigos todas as isenções — para os outros todo o rigor do recrutamento.

Ninguém ignora o horror que o nosso povo, ainda pouco instruído, vota a classe militar; é fácil por tanto conhecer as vantagens, que usufruem aqueles, que manejam essa arma terrível — o recrutamento.

Estando próxima a época eleitoral, não convem, por certo, que os votantes estejam sob a pressão do recrutamento; [...]⁷

Com base na seguinte publicação do jornal, percebe-se a intensidade da crítica que o autor faz para com as práticas de recrutamento militar forçado e as autoridades militares envolvidas nesse processo, de modo que enfatiza a violência envolvida como pano de fundo

⁷ O propagador, 11 de junho de 1860, N° 121, p. 1

das ações militares, as quais caracterizam-se por ser um poderoso instrumento político utilizado pelas autoridades como um meio de permanecerem no poder, manuseando compulsoriamente a população livre e pobre da província. Nesse sentido, o autor do texto destaca o rigor e a coerção do recrutamento como meios de intimidar e manejar a população a votarem em seus respectivos candidatos no período das eleições.

Em diálogo com essa afirmativa, o jornal “A Imprensa” traz a seguinte notícia:

[*Sic*] O recrutador João Ferreira da Silva, em Pinheiros, cercou e varejou de noite todas as casas dos aggregados do fazendeiro liberal Joaquim Soares Lyrio do Valle, e ahi porque os outros fugiram, só conseguiu recrutar a um pobre homem casado e com filhos, o qual, conduzido até a freguezia, foi então solto, com a promessa de votar na chapa do governo!⁸

Ou seja, ao tempo que determinados jornais do período e seus redatores defendiam publicamente o recrutamento militar forçado de acordo com seus interesses políticos, justificando a violência da prática como uma forma de controlar a população livre e pobre da província, como meio de oferecer moralidade e trabalho regular a aqueles tidos como vadios e ociosos por meio dos serviços militares, existiam também periódicos que a partir de sua posição política oposta, denunciavam em suas mais diversas práticas discursivas os abusos militares para com a população e a violência desse processo como forma de promover a manutenção do poder concentrado nas mãos da elite agrária apostada, ao custo da exploração da mão de obra livre e pobre da sociedade piauiense.

Ainda, segundo Ana Regina Rêgo quanto aos jornais em questão e suas posições políticas em meio a polarizada sociedade piauiense oitocentista, explica a origem dos periódicos e seus principais redatores :

Os liberais, logo chegam a imprimir seus jornais na nova capital. Em o Conciliador Piauiense, novamente, registra-se a participação de Lívio Lopes como redator, ao lado de Deolindo Moura, que alguns anos depois, deixa o Conciliador para ‘O Propagador’ [...]. A Imprensa, órgão informativo do Partido Liberal, e que tem longa duração, permanecendo até o nascer da república. (Rêgo, 2001, p. 52) .

Em meio a essa análise, portanto, percebe-se a explícita utilização da imprensa piauiense como ferramenta política pelos principais partidos da província, de modo que o sentido das notícias, informações e editoriais publicados variavam de acordo com a posição política em que determinados jornais se encontravam alicerçados. Assim sendo, conclui-se que os periódicos tornavam-se indispensáveis porta-vozes partidários da política piauiense, refletindo claramente em suas publicações os mais diversos interesses políticos e estratégias desenvolvidas pelas elites locais na constante disputa pelo poder provincial. Essa dinâmica

⁸ A IMPRENSA, 24 de maio de 1869, edição 00201, p. 3

evidencia o papel da imprensa como um espaço de construção político-ideológica, onde os discursos eram cuidadosamente elaborados para legitimar ações, deslegitimar opositores influenciando diretamente na opinião popular. Nesse contexto, os jornais não apenas reportavam fatos, mas também os reinterpretavam à luz de seus principais interesses políticos, contribuindo assim para a polarização de opiniões públicas assim como na manutenção das estruturas de poder vigentes.

2. HOMENS LIVRES E POBRES NA CONSTITUIÇÃO DO EXÉRCITO PIAUIENSE (1860-1875)

Amparadas nas discussões realizadas ao decorrer da pesquisa em questão, percebe-se uma maior ênfase ao protagonizar o sujeito homem livre e pobre da sociedade piauiense, elencando dessa forma, uma classe autônoma, intermediária e flutuante, predominantemente parda, presente naquele contexto histórico social, que apesar de se caracterizarem por ser uma população numerosa e de expressiva presença na província, a participação desses sujeitos na história do Piauí como ativos de seu tempo, pouco se é discutida pela historiografia local. Desse modo, as análises realizadas buscaram entender essa categoria social de difícil e complexa definição. Nesse sentido, Lina Ara (1995), explica em sua tese de doutorado, o que seria uma população parda no meio social em meados do século XIX, para melhor compreendermos quem eram esses sujeitos e por que eram alvo das mais diversas formas de perseguições, disserta:

A categoria pardo é bastante elástica, pois nela estão incluídos os mulatos das várias nuances de cor da pele como também os considerados "brancos sujos". A maior parte dos rebeldes é de cor parda, isto é, mulatos claros. Os pardos eram homens livres, mas trazendo seus vínculos familiares com a escravidão eram também marcados pela cor da pele (Ara, 1995, p. 170)

Partindo desse pressuposto, e tendo como base os discursos oficiais por parte das autoridades os quais buscavam marginalizar esses sujeitos no meio social, desde falas como “Pecha de ralé” “desordeiros”, “incivilizados” “arredios ao trabalho regular” dentre outros naturalizados pronunciamentos depreciativos destinados a esses sujeitos, faz-se indispensável questionarmos tais afirmativas ao analisar o sujeito homem livre e pobre em sua individualidade, para além dos discursos oficiais, buscando compreender o contexto histórico e social no qual estavam inseridos, e o porquê, de uma urgência por parte das autoridades governamentais em disciplinar esses sujeitos através do Exército brasileiro.

Nessa perspectiva, é importante ressaltar, que esses sujeitos históricos não se encontravam sob tutela dos fazendeiros locais, prestando serviço aos mesmos, tão pouco eram funcionários públicos do Estado Imperial, de forma que trabalhavam de maneira autônoma e independente, escapando de certo modo do controle social fortemente sentido nas relações sociais piauienses, sendo dessa forma, o ato de não subordinarem-se ao grandes proprietários da terra, uma afronta direta a aquela hierarquia social, como discute o professor Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro (2016):

No entanto a prevalência da elite em desdenhar desses homens estava relacionada às formas pelas quais esses sujeitos ganhavam a vida, pois estes praticavam seus negócios e trocavam suas pequenas produções com as comunidades vizinhas. Esses fazeres se davam em meio a um trabalho irregular, e era isso que incomodava os patronos, pois, ao que parece, essa “autonomia” quebrava a hierarquia social, pois, como resquício da sociedade colonial, os homens pobres deveriam ser submissos aos membros da elite. (Monteiro, 2016, p. 88)

Assim sendo, e tendo em vista as constantes acusações destinadas a esses sujeitos homens livres e pobres piauienses, seja através dos discursos oficiais, seja pela imprensa por parte das autoridades locais, ao analisarmos o lugar de fala de onde são proferidos, compreende-se as intencionalidades por trás das falas em questão, pois tratavam-se de uma forma de manutenção do poder local, ou seja, mantendo a população livre e pobre sempre na condição de subordinação social, a mercê dos desmandos dos senhores das terras, tanto pela servidão dos agregados, quanto para aqueles autônomos, por meio do exército, sendo assim, mais uma forma de controle desses sujeitos, de modo que os donos das terras, passavam a ser também, donos daquela gente.

Desse modo, com base em escritos oficiais, como é o caso do seguinte relatório provincial, referente ao ano de 1874 apresentado a assembleia legislativa, do então presidente Adolpho Lamenha Lins, em que relata a situação em que se encontravam o número de 24 fazendas nacionais na província do Piauí, enfatizando que as mesmas deveriam ser vendidas ou arrematadas, pois possuíam terras de exelente estado para o plantio e que ainda, nas mesmas, havia cerca de 800 sujeitos libertos, entre eles 300 menores e 100 “inválidos” e que os mesmos não poderiam “ser entregues aos seus próprios recursos” ou seja, viver de forma independente, a partir de suas próprias decisões, pois poderiam tornar-se criminosos, segundo afirma o então presidente provincial. Desse modo, segue um trecho do documento em questão, em que aponta a descrita situação:

COLONIA-AGRIGOLA

[*Sic*] O Estado possui neste provincia 24 fazendas de excellentes terras proprias para cultura, com abundancia de gado, tendo nellas perto de 800 libertos inclusive 300 menores e cerca de 100 invalidos.

Em virtude das ordens do governo, estas fazendas deviam ser vendidas ou arrendadas, e em qualquer dos casos os libertos entregues a seus proprios recursos, abandonados a seus instinctos e ignorancia. Expostos assim à privação e á miseria, tornar-se-hião um bando de criminosos, e a depravação assentaria sua tenda no meio d'aquelles infelizes. (p. 15)⁹

Partindo desse pressuposto, entende-se portanto, como já discutido, a marginalização atribuída a esses sujeitos homens livres e pobres, os quais mesmo na condição de libertos,

⁹ Relatório do presidente da província do Piahy, Dr Adolpho Lamenha Lins apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Impresso por Typ. do Paiz. Imp. M. F.V. Pires, 27/04/1874

ainda assim não possuíam de fato uma liberdade, pois devido a posição social subalterna na qual se encontravam, instantaneamente eram alvos das mais diversas formas de acusações pelos membros da elite, como uma maneira de justificar o controle social imposto a esses sujeitos por meio da obrigatoriedade ao serviço militar. Ainda, diante do exposto, no trecho em análise do relatório, percebe-se o pré conceito ao mencionar e categorizar os sujeitos libertos presentes nas fazendas, de modo que expressões como “infelizes”, “abandonados a seus instintos e ignorância” para referir-se aos mesmos, como se estes fossem animais selvagens que necessitassem de um domador, transparece claramente uma maneira comum de citar esses sujeitos tanto para quem produzia esses discursos, quanto para quem leria as falas em questão.

Faz-se mister salientar ainda, outro ponto a ser problematizado ao analisar o trecho em questão, quanto ao caráter predestinativo empregado no discurso do presidente da província, ao incriminar esses sujeitos antes mesmo desses libertos cometerem qualquer delito na sociedade, como se a criminalidade fosse uma característica instintiva e natural dos homens livres e pobres, sugerindo que os mesmos segundo essa perspectiva, fossem controlados, para não praticarem nenhum ato fora da lei, sendo dessa forma, uma estratégia das autoridades no que tange manusear as massas da sociedade piauiense, mantendo uma restrita elite no controle do poder local.

Assim sendo, tal situação também é discutida por José Eudes Arrais (2010) na obra “Um Escandaloso Theatro de Horrores: A capitania do Ceará sob o espectro da violência” onde o autor explica sob ótica da carta régia de 20 de janeiro de 1699, em que determina uma espécie de organização administrativa nos sertões, explica:

Por meio dessa determinação real percebemos que a capitania do Ceará, que estava em pleno processo de conquista portuguesa através da guerra aos índios e da doação de sesmarias para a instalação de fazendas de gado, aparece como um imenso sertão para onde deveriam ser enviados elementos incômodos classificados como “vadios” e “criminosos”, como foram rotulados os tais “ciganos e ciganas” de que nos fala D. João. (Gomes, 2010, p. 79, 80)

Tendo em vista a presente discussão realizada pelo professor José Eudes Arrais, percebe-se a presença desse modelo de controle social e manuseio dos indivíduos livres e pobres por parte do governo, através de atribuições depreciativas a identidade desses sujeitos como a vadiagem, entre outras formas de incriminar os considerados indesejáveis perante a sociedade, sendo uma prática comum pelas autoridades desde o processo de consolidação portuguesa nos sertões brasileiros, de modo que sujeitos livres e pobres que não trabalhavam

regularmente para os grandes proprietários das terras, eram rotulados de vadios e criminosos, para então serem perseguidos e capturados pelo Estado, como exemplifica o autor trazendo o caso de ciganos na província do Ceará, realidade não distinta da província do Piauí.

Ademais, outro fator a ser mencionado na discussão, é a distorção dos discursos quanto a realidade desses sujeitos no meio social, pois ao tempo que eram acusados de desocupados, os quais viviam do ócio e da vadiagem, cometendo crimes entre outros delitos na sociedade, grande maioria se encontrava trabalhando, arando a terra, criando animais, comercializando suas pequenas produções, entre outro afazeres para si e seus familiares, como explica o professor Dr. Francisco Gleison: “De fato, muitos homens livres estavam arando a terra, tagendo o gado, aprendendo ofícios, realizando tratos, negociado nas feiras.” (Monteiro, 2016, p. 75). Em meio a tais circunstâncias, as quais evidenciam as inúmeras discrepâncias presentes nos discursos oficiais, os quais tinham um único objetivo, incriminar socialmente esses sujeitos históricos, mesmo que isso não estivesse de acordo com a realidade dos fatos.

Para mais, ainda sob a perspectiva de José Eudes Arrais (2009), em sua dissertação de mestrado intitulada “As milícias d’EL Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista”, o autor explica e detalha quais as intencionalidades do recrutamento militar, quanto a origem social de que advinham grande maioria dos soldados das tropas regulares do exército, explica:

Determinando a proibição do uso de quaisquer tipos de armas por "siganos" em nome aquela medida impunha o recrutamento para as tropas regulares como punição para os ditos "siganos" infratores das leis de "Sua Majestade", que uma vez presos, se lhes deveria "sentar prasa de soldados para hirem para os presidioz". O mais interessante, no entanto, é que de antemão já se previa a deserção.

Assim como esse exemplo relativo a ciganos, vários editais publicados no Ceará que ordenavam a prisão de sujeitos considerados "vadios", "vagabundos" ou "criminosos", determinavam a sua incorporação como soldados nas tropas regulares. A este respeito, Tristão de Alencar Araripe ressalta o caráter do recrutamento militar como instrumento de controle social sobre “a gente turbulenta” encontrada entre as camadas mais pobres na capitania, mecanismo que, no entanto, não se aplicaria aos poderosos locais autores de desmandos, aos quais reservavam-se as posições de comando das tropas locais, que gazavam de foro militar (Gomes, 2009, p. 192).

Em vista disso, fica evidente que o recrutamento militar se fazia uma importante ferramenta de opressão e controle social sobre a população livre e pobre, sendo destinado aos sujeitos desprovidos de bens materiais, os quais se encontravam em liberdade, e assim recebiam atribuições depreciativas a suas identidades, para que a perseguição e as violentas práticas de recrutamento militar fossem de algum modo, justificadas pelas autoridades locais,

pois partindo dessa lógica, esses sujeitos não passavam de vadios e criminosos, os quais deveriam ser detidos, oferecendo a estes moralidade e utilidade pública através do serviço militar.

Ainda sob essa perspectiva, faz-se importante mencionar, a posição militar de prestígio em que ocupavam os poderosos locais nas instituições militares, desde cargos de alta patente ao comando das tropas militares, sendo dessa forma, a força de trabalho dos sujeitos recrutados manuseada pelos membros da elite, de modo que os soldados eram explorados para além das obrigações militares, mas também trabalhavam compulsoriamente em serviços particulares de seus superiores, como explica o professor Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro: “Destaca-se que, além dos serviços de alvenaria, os soldados, vitimados pelos abusos de autoridades do oficialato, ocupavam-se também dos serviços de roça, sendo que até sargentos tinham soldados para colher capim para alimentar os seus cavalos.” (Monteiro, 2021, p.62)

Alicerçados em tais afirmativas, os homens livres e pobres piauienses recrutados eram sujeitos às mais diversas formas de abusos e violência por parte do Estado, dentre elas a exploração do trabalho e as péssimas condições de vida nos quartéis militares como já discutido anteriormente e como evidencia a seguinte notícia publicada pelo jornal “O propagador” em que aponta um caso de exploração de um soldado a partir de serviços particulares:

[*Sic*] [...] o soldado é da 1ª Companhia do Meio Batalhão de 1ª Linha, e chama-se Cypriano Virgino do Monte: trabalhava, de ordem do commandante do corpo, o sr. Tenente Coronel Carvalho, a 28 ou 29 de dezembro ultimo, como servente na casa que o sr. Carvalho está construindo de propriedade sua; e conduzindo com outro uma grande carnaúba, succedeu tropeçar e cahir, ficando quase esmagado pela carnaúba, que he caio em cheio pelo corpo, de que resultou perder immediatamente os sentidos, e lançar muito sangue pelos ouvidos e pela boca, além dos ferimentos. Escapou o infeliz, e ainda vive; mas, diz-se-nos que todo arreventado.¹⁰

Dessa forma portanto, a pesquisa propõe uma contranarrativa aos discursos e pronunciamentos oficiais de modo que o exército antes mesmo de ser uma instituição que promovia segurança para o Império proporcionando paz e tranquilidade para as populações das sociedades províncias como afirmavam diversos relatórios entre outros discursos oficiais, era um local de despejo e desprezo daqueles considerados indesejáveis, sendo as tropas formadas para suprir as demandas de uma pequena e restrita elite mantendo-a no poder, antes de atender de fato as necessidades da nação imperial.

¹⁰ Jornal O Propagador, Ano II, n.º. 57, 19/02/1859, p. 4

Desse modo, Maria Mafalda Baldoíno de Araújo (1994), em sua tese de doutorado “Cotidiano e pobreza: impasses da sobrevivência em Teresina (1877-1914)” em que analisa os dilemas e dificuldades enfrentadas pelos sujeitos pobres de Teresina no final do século XIX e início do século XX, em que a autora relata a precariedade e a desigualdade social no cotidiano terezinense, assim como as constantes lutas sociais pela sobrevivência de homens, mulheres e crianças que se encontravam em estado de miséria, mas que as autoridades locais buscavam a todo custo marginalizar e desprezar a pobreza livre da sociedade piauiense, como discute:

[...] a maioria da população constituía-se de ex escravos, migrantes, homens livres e pobres, que estavam à margem desse comércio, vivendo, em áreas insalubres da cidade, no desconforto, na doença, na imundície e na promiscuidade. Teresina, nas últimas décadas do século XIX, foi palco de encenações de uma massa de imigrantes nordestinos fugidos da seca. Como efeito, logo foi criada uma política de afastamento desses migrantes do centro da capital, iniciativa dos grandes proprietários de terra, com o apoio do governo. (Araújo, 1994, p.32)

Posto isto, faz-se importante ressaltar que apesar do recorte temporal analisado pela autora estar anos à frente da pesquisa em questão, tendo em vista o contexto social e as condições em que se encontravam a população livre e pobre da província do Piauí, deixa evidente e perceptível, que a situação pouco ou quase nada mudou ao longo dos anos, sendo esses sujeitos indesejáveis pelos membros da elite alvo de perseguições, desprezo e marginalização social, vítimas do descaso, tratados e representados como um problema a ser resolvido, seja pela servidão, pela violência, pelo controle, ou pelas práticas de recrutamento militar forçado, como veremos a posteriori analisando a extrema violência presente como pano de fundo desse processo militar.

2.1 Recrutamento militar forçado para formação do Exército piauiense: Violência e Controle Social

Em consonância e levando em consideração as discussões até aqui realizadas, tais problemáticas reforçam a necessidade de aprofundar análises voltadas especificamente para com as práticas de recrutamento militar forçado, em que a violência e controle social se fazem aspectos presentes nas principais ações direcionadas aos homens livres e pobres da província do Piauí, de modo que esses sujeitos eram constantemente perseguidos, capturados e inseridos forçosamente no serviço militar, de maneira compulsória ao ponto que tais medidas se assemelham a uma espécie de “caçada humana” sertões afora, em busca de homens os quais

estivessem dentro dos parâmetros considerados indesejáveis estabelecidos pela elite agrária piauiense.

Em meio a tais circunstâncias, a captura desses sujeitos se dava a partir de diligências, ou seja, uma busca constante, uma captura contra a vontade do homem livre e pobre, em que eram organizadas mobilizações destinadas a prender esses sujeitos em suas casas, sítios em que viviam e até mesmo em situações de fuga, pois ao saber que iriam ser capturados para constituir as fileiras do exército, muitos homens preferiam fugir para longe de suas famílias, ao ficar e serem brutalmente recrutados, pois acima de tudo, temiam o ingresso no exército. Dessa forma, através de meios agressivos e métodos opressivos de tortura, milhares de sujeitos livres e pobres eram obrigados a compor as fileiras do exército piauiense, como aponta a seguinte informação publicada pelo jornal “O Piahy”, em que relata a forma como se desenrolava as práticas de recrutamento militar, enfatizando a violência presente nesse processo, descreve:

[*Sic*] Estanho modo de recrutar!

Se a victima do feroz insticto da autoridade é presa na ocasião em que procura fugir é cruelmente espancada e conduzida de rastos ao carcere; se porem consegue evadir-se, fica sua pobre familia exposta a constantes desacatos, sendo sua casa cercada e varejada a todo momento.

Tem chegado a tal ponto o arbitrio do delegado Couto, e o desejo que nutre de perseguir e derramar o terror por toda parte; que delega o poder que tem de recrutar, e deste modo se tem posto em pratica toda sorte de verações, afogentando o commercio e arredando os homens pacíficos do trabalho.¹¹”

Desse modo, com base na análise da notícia em questão, torna-se evidente a brutalidade presente nas práticas de recrutamento militar para o exército piauiense, de forma que esses sujeitos eram violentamente perseguidos e capturados. Em situações de fuga quando eram pegos buscando escapar do recrutamento, eram cruelmente agredidos, presos e torturados, para então servir nos quartéis militares onde se encontravam fragilizados e a serviço de seus superiores, em caso de não serem capturados, as famílias desses sujeitos normalmente pagavam as consequências, sendo suas casas cercadas por sujeitos armados, ameaçadas e amedrontadas, provocando terror ao ponto de afugentar milhares de familiares do local de onde viviam, afetando consequentemente o comércio e o trabalho local, como afirma o referido texto fornecido pelo jornal “O Piahy”.

Nesse sentido, as práticas de recrutamento militar atreladas a violência do Estado, se caracterizavam como uma espécie de manutenção do poder das elites em detrimento do controle das massas sociais, haja vista em uma sociedade em que o regime escravocrata aos

¹¹ Jornal o Piahy, Anno VII, nº 264, 17/05/1873, p. 4.

poucos definha pela pressão internacional assim como pelas revoltas e pelo movimento abolicionista em diferentes partes do Brasil como já discutido anteriormente, se fazendo desse modo, conveniente aos interesses políticos que regiam o país, manter boa parte da população sobre a vigilância do exército, pois ao tempo que eram detidos nos quartéis militares evitando levantes e revoltas populares desses sujeitos, serviam também como mão de obra escrava sob a camuflagem de estarem sobre obrigações cívicas e deveres militares.

Isto posto, ainda sob essa ótica, de acordo com o relatório provincial referente ao ano de 1875, de autoria do senhor tenente coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, ao citar e discorrer sobre a chamada “Nova lei de recrutamento” pela qual nomeia o tópico em discussão, admite em seu discurso, um recrutamento militar até então voltado ao sujeito homem livre e pobre, sem recursos e voz dentro daquela sociedade, sendo este o principal alvo de tais práticas de alistamento, como transparece nas citadas palavras de acordo com o autor, deixando escapar claramente em sua exposição à violência, as injustiças cometidas, a desigualdade entre ricos e pobres e o consequente sacrifício, por vezes literal derramamento de sangue, que ocorria mesmo em tempos de paz, mas causado sobretudo pelos abusos e exploração de seus superiores. Eis o preço pago por aqueles que, em suas funções castrenses, assumiam o peso da vida militar, descreve:

NOVA LEI DE RECRUTAMENTO

[Sic] Por aviso do ministerio da guerra de abril ultimo, mandou o governo imperial pôr em execução a lei n. 2,556 de 26 de setembro do anno passado, que estabeleceu o modo e as condições do recrutamento para o exercito e armada, e o respectivo regulamento que baixou com o decreto n. 5, 881 de 27 de fevereiro. [...] Ao modo vexatorio, e até as vezes barbaro, com que pelo antigo systema se faziam as levas para supprir os claros do exercito, e os abusos e injustiças que a lei, que felizmente já não vigora, autorizava, se me é permittido fallar deste modo, succedem agora salutareis disposições; e esse odioso tributo de sangue vai ser imposto com verdadeira igualdade; todos hão de pagal-o.

Elle não recahirá mais somente no pobre ou no desvalido, que não tinha ninguem por si; ha de caber em sorte d’ora em diante também ao filho do rico, e até aquelles que julgavam injurioso vestir uma farda e pôr no ombro a nobre granadeira do soldado.¹²

A vista disso, com base no que foi relatado pelo então presidente quanto a uma mudança no sistema de recrutamento militar, percebe-se de imediato a confirmação direta e objetiva de um recrutamento cruel e violento, voltado unicamente para a pobreza daquela sociedade, marcado por injustiças e sacrifícios aos menos favorecidos, evidenciando a partir

¹² Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Tenente Coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, apresentado à assembleia legislativa provincial do Piauí. Impresso por Typ. do Paiz. Imp. Por Manoel F. V. Pires, 28/04/1875. p. 6.

desse cenário um sistema seletivo e punitivo, que contribuía para a reprodução de uma ordem social profundamente excludente e desigual em que reforçava a marginalização dos setores populares, perpetuando as desigualdades estruturais no interior da província do Piauí, afetando o comércio e o trabalho livre como já discutido, mas que conservava uma tradicional hierarquia do poder local, e era isso que interessava aos grandes proprietários, permanecer no topo do poder provincial.

Para além dos maus tratos e da violência presente nesse processo aqui discutido, outra problemática a ser esmiuçada também constantemente presente nas práticas de recrutamento militar, se dava em volta das irregularidades médicas por traz do setor da saúde, que supostamente deveria avaliar os sujeitos recrutados para então liberá-los ou não a prestar serviços nas forças militares, o que no entanto, ocorria de forma fraudulenta, de modo que após esses sujeitos serem recrutados, os mesmos passavam por uma inspeção médica em que eram examinadas as condições físicas e psíquicas dos recrutas, para então serem classificados como “aptos” ou “incapazes” de servir ao exército.

Entretanto, em grande maioria dos casos, apesar de constatar enfermidades e diagnósticos patológicos quanto ao estado de saúde desses homens recrutados à força, nos pareceres médicos eram omitidas tais informações para que estes pudessem servir ao exército de qualquer modo e a todo custo, apesar de em muitos casos não estarem em condições de exercer tais funções, sendo mais uma forma de violentar a dignidade desses sujeitos direto ou indiretamente, como discute o professor Francisco Gleison ao relatar a descrita situação, disserta: “Os pareceres apontam-nos avaliações variadas para tipificar os recrutas, mas observamos que nos diagnósticos eram frequentes anotarem aptidões favoráveis para assegurar os recrutados ao serviço militar. (Monteiro, 2021, p. 59)”

Ademais, ainda sob esse entendimento, havia alguns casos em específico que devido às explícitas evidências visíveis, não teria como um médico negar o estado em que se encontrava determinado sujeito, como em casos de deficiências físicas, assim como aponta novamente o professor Francisco Gleison, quanto a essas exceções de casos de dispensa médica, como e quando ocorriam:

As dispensas efetuadas pelo corpo de saúde do Exército eram justificadas por lesões físicas após meticoloso exame. Os argumentos que justificaram a dispensa foram por “lesão organica de pulmoes e uceras abdominaes” “cego”, “alijado”, “epilepsia” e “indicios de perturbação das faculdades intellectuais”. Esses agravantes fizeram o Dr. Agido Porphirio de Magalhães dispensar os recrutados por entender que não poderiam servir ao Exército com tais enfermidades. (Monteiro, 2021, p. 60)

Diante do exposto, somente em casos graves e visíveis determinado sujeito era dispensado do serviço militar, o que no entanto, não desfaz o fato de que mesmo sendo notórias as enfermidades de muitos indivíduos, ainda assim os mesmos eram brutalmente recrutados, demonstrando claramente a negligência e obstinação dos recrutadores. Desse modo, e levando em consideração as discussões em análise, de acordo com o jornal “A imprensa¹³” referente ao ano de 1870 (início da guerra do Paraguai) no que tange recrutar sujeitos incapacitados de cumprir com as obrigações militares impostas, o periódico aponta a situação do senhor João Alves de Almeida, que apesar de ser casado, possivelmente pai de família e segundo a informação se encontrava doente, ainda assim foi vítima direta do recrutamento forçado, noticia o jornal: “[...] o cidadão João Alves de Almeida, chegou a esta cidade preso, algemado, e como guarda nacional designado para o serviço de guerra! Sendo, porém, o referido cidadão casado, e além disso doente. não podendo ser enviado para o Paraguay [...]”

De tal modo, com base no que foi exposto, compreende-se dessa forma, a negligência e a discrepância quanto ao discurso oficial utilizado pelos poderosos locais para justificar as práticas de recrutamento militar forçado, tendo em vista que o sujeito recrutado em discussão não atendia ao perfil e a categoria social determinada pelos recrutadores como vadio ou criminoso, mas pelo contrário, tratava-se de um sujeito casado e além disso, doente, mas que mesmo com tais impedimentos, devido a um desentendimento com o vice presidente da época, como castigo e pena, o mesmo foi recrutado e seria enviado ao Paraguai para lutar na guerra, sem qualquer impedimento, deixando evidente a certeza de o que o que realmente prevalecia naquele sistema assim como nas práticas de recrutamento, era vontade e os caprichos dos políticos locais, acima de qualquer norma ou conduta social.

Assim sendo, tendo em vista tais arbitrariedades do exército para com as massas sociais, o jornal “A imprensa¹⁴” denuncia a violência presente nesse processo assim como a fragilidade e exposição dos sujeitos livres e pobres expostos a tal injustiça social, descreve: “Que garantia tem o cidadão contra o despotismo do recrutamento, que não respeita as isenções da natureza e da lei, que invade de noite o asylo do cidadão. com susto e menoscabo da família? Nenhuma garantia.” Ou seja, o Estado, em nome da construção de um projeto nacional de ordem pública, violava as liberdades individuais, operando com base em uma lógica estratégica de dominação, tratando dessa forma os corpos dos cidadãos pobres como recursos disponíveis e descartáveis. Tal realidade revela não apenas a ausência de proteção

¹³ Jornal A Imprensa, Anno V, n° 234, 20/01/1870, p. 2.

¹⁴ Jornal A Imprensa, Anno IV, n° 203, 23/06/1869, p. 1

jurídica para as camadas vulneráveis daquela sociedade piauiense oitocentista, mas também a maneira como as estruturas de poder da época instrumentalizavam-se no aparato militar para manter a hierarquia social piauiense, controlando assim as resistências populares.

Partindo dessa premissa, sob esse viés, a partir das discussões voltadas para com a violência presente nas práticas de recrutamento militar em um período muito anterior a guerra do Paraguai, torna-se evidente a ideia de um fortalecimento do exército e o abastecimento da instituição correspondente muito mais a manutenção do poder e da desigualdade social, do que de fato a um emblema de segurança e bem estar nacional. Assim, com o surgimento desse conflito, não foi diferente, sendo esse período palco para diversas situações de extrema violência e perseguições para com as camadas populares da sociedade brasileira, nesse estudo em específico na província do Piauí, como descreve a seguinte informação contida no jornal “A imprensa” referente ao ano de 1870, em que noticia a seguinte fala:

Recrutamento— A guerra com o Paraguay está acabada, e no entretanto no Príncipe Imperial o Sr. José de Araújo Chaves, delegado suplente em exercício, desenvolve uma actividade espantosa para o recrutamento! Com pequeno intervallo de dias ahi temos o Sr. Zezé mandando cercar e varejar casas para prender recrutas!¹⁵

Nesse entendimento, de acordo com a informação, as práticas de recrutamento militar forçado já se faziam uma ação compulsória e ativa naquela sociedade, e nesse sentido, ganharam ainda mais força e frequência com a guerra do Paraguai, de maneira que em um pequeno intervalo de tempo, eram cercadas as casas desses sujeitos livres e pobres, capturando para o serviço militar pais de famílias, trabalhadores rurais, pequenos comerciantes, entre outras variações da diversa categoria de homens livres e pobres. Ainda sob essa perspectiva, tais ações e práticas coercitivas do Estado por meio do exército, se relacionam diretamente com a noção de estratégia pensada por Michel de Certeau na obra “A Invenção do Cotidiano: Artes de Fazer” no que se refere às relações de poder, associadas sobretudo às estruturas dominantes, como uma espécie de uso de mecanismos que visam gerir o espaço e o tempo, criando ordenamentos que disciplinam os corpos e as práticas sociais.

Desse modo, o autor explica o que seria essas relações de poder, de que modo elas se manifestam e com quais intencionalidades se aplicam no meio social, disserta:

¹⁵ Jornal A Imprensa, Anno V, n° 249, 25/05/1870, p. 4

Chamo de ‘estratégia’ o cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’. Ela postula um lugar capaz de ser circunscrito como um próprio e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta. A nacionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico.(Certeau, 1998, p.46)

Sendo assim, portanto, de acordo com Michel de Certeau, a estratégia é um conceito utilizado para explicar um meio de organizar e calcular as relações de poder em sociedade, de modo que determinado sujeito ou instituição busca controlar o território no qual se encontra inserido, manifestando-se através de mecanismos que visam gerir o espaço e o tempo, criando ordenamentos que disciplinam os corpos e as práticas sociais, para então poder dominar de algum modo o exterior à sua volta, nesse caso em específico, tal definição se aplicará ao Estado conservador da província do Piauí, que utilizava do exército como uma forma de controle social, de modo que a partir das violentas práticas de recrutamento militar forçado, se estabelecia uma hierarquia social assim como o controle das elites agrárias sobre as massas populares.

2.2 As deserções: formas de resistência ao recrutamento militar forçado

Em meio a analítica compreensão dos conceitos desenvolvidos por Michel de Certeau, e a partir da relação estabelecida entre estratégia e recrutamento militar, faz-se indispensável discutirmos também, a resistência dos homens livres e pobres em meio às violentas práticas de recrutamento militar forçado, de modo que esses sujeitos não necessariamente configuravam-se como uma fácil massa de manobra nas mãos e no controle das elites locais, como subentendem maioria dos discursos oficiais, pelo contrário, tratavam-se de sujeitos ativos naquela sociedade, que reagiam às injustiças acometidas através de diferentes formas de resistência, tendo em vista as duras imposições destinadas ao sujeito sertanejo, homem, livre e pobre. Assim sendo, esses sujeitos organizavam diferentes maneiras de contrapor-se a aquela realidade, entre elas, pode-se citar os diferentes tipos de fugas, também nomeadas de deserções.

Logo, para Michel de Certeau, em contrapartida a estratégia, conceito já discutido anteriormente, a tática caracteriza-se como um modo de ação daqueles considerados fracos pelo sistema, ou seja, são formas de resistência a determinadas imposições em meio às brechas sociais, pois, embora as estratégias elaboradas pelo Estado para marginalizar e controlar as massas da sociedade venham de fato a funcionar, não são absolutas, elas coexistem e são constantemente confrontadas pelas táticas dos indivíduos comuns, que reinterpretam, subvertem e desafiam as ordens impostas. De tal modo, enquanto a estratégia é

o instrumento dos que detêm o poder institucional, a tática é a arma dos que não têm lugar fixo no sistema, e decidem remar contra a maré social estabelecida pelo próprio Estado.

Nessa ótica, de acordo com Michel de Certeau, quanto a exemplos de táticas:

Muitas práticas cotidianas (falar, ler, circular, fazer compras ou preparar as refeições etc.) são do tipo tática. E também, de modo mais geral, uma grande parte das ‘maneiras de fazer’: vitórias do ‘fraco’ sobre o mais ‘forte’ (os poderosos, a doença, a violência das coisas ou de uma ordem etc.), pequenos sucessos, artes de dar golpes, astúcias de ‘caçadores’, mobilidades da mão-de-obra, simulações polimorfas, achados que provocam euforia, tanto poéticos quanto bélicos. (Certeau, 1998, p.47)

De tal modo, as deserções são exemplos ativos de táticas sociais elaboradas por esses sujeitos violentamente recrutados, como evidenciam as diferentes fontes analisadas, sendo estas microrresistências maneiras não só de fugir do exército como instituição ou do recrutamento militar, como condição imposta, mas tratava-se de uma antidisciplina que saltava muito para além da bolha autoexplicativa pela qual buscava-se narrar tal situação, através dos discursos oficiais, mas, consistia em decidir o próprio destino, mudando a trajetória estabelecida pelos governantes. Evidentemente, essas fugas realizadas não resolviam por completo todos os problemas desses sujeitos, ainda assim, permaneciam em uma condição subalternizada e sujeita a adversas situações, mas o simples e arriscado ato de bater de frente com as estruturas do poder, esses sujeitos reconfiguravam suas existências em meio a um sistema que buscava reduzi-los a meros corpos disciplinados.

Porém, ao confrontar esse sistema milimetricamente pensando pelas autoridades institucionais que detinham o poder e legitimavam o recrutamento militar forçado, as deserções eram vistas como uma afronta direta a soberania do Estado nacional, que utilizava dos mais diversos artifícios de controle e violência para conter e capturar os desertores, de modo que a deserção era considerada um crime de alto grau, sendo os desertores fortemente perseguidos e marginalizados pelos discursos oficiais, como consta a seguinte informação contida no relatório do presidente da época Dr. Pedro Leão Vellozo no ano de 1863, que descreve em seu relato de prisões, crimes de homicídio, roubo, estupro, entre outras graves infrações sociais, incluindo também nessa lista, os desertores, subentendendo que a deserção se fazia uma prática tão grave quanto as demais, relata:

Durante a administração de V. Ex., que tem prestado todo o auxilio de que a policia pode precisar, e até hontem, forão presos 65 criminosos, sendo 24 por crime de morte, 2 por tentativa de morte, 1 por cumplicidade em crime de morte, 6 de ferimentos graves, 11 de ferimentos leves, 6 por crime de roubo, 6 por furto de animais. 2 por crime de perjurio, 2 por crime de estupro com violencia, 1 por furto de escravos, e 4 desertores do exercito.¹⁶

Com base no então relato, conclui-se que os desertores eram considerados criminosos tanto quanto estupradores, homicidas, ladrões entre outros sujeitos que cometiam tais atrocidades no meio social, sendo presos e perseguidos com a mesma cólera e violência utilizadas para deter os reais infratores da lei. Nesse entendimento, o professor Francisco Gleison da Costa Monteiro discute:

[...]se considerássemos que todo desertor fosse ‘roubar e a matar’, o número de “80 mil desertores” era pernicioso e causaria, certamente, sérios conflitos para a segurança individual e para as propriedades privadas. Para tanto, sabemos que essa interpretação é um discurso depreciativo aos homens livres e pobres, cujo intuito era o de macular quaisquer atividades destes fora do eixo militar ou do sistema de patronagem. (Monteiro, 2021, p. 59)

Desse modo, a criminalidade atribuída a imagem desses sujeitos, de acordo com Monteiro, não passava de uma ferramenta de controle socioideológico do Estado, com o intuito de condenar quaisquer atividades desses sujeitos fora do serviço militar ou da submissão aos fazendeiros locais como vaqueiros ou agregados. Sendo assim, o autor também explica que a busca desses sujeitos sertões afora, ocorria através de violentas diligências, enfatizando que a captura dos então desertores interessavam não somente das autoridades locais, mas também correspondia a interesses da própria corte, que legaliza tais práticas assim como destinava altos recursos financeiros para tais expedições (Monteiro, 2021, p.66).

Sob esse viés, tendo em vista a violência por trás do processo de captura dos sujeitos desertores, faz-se indispensável entender as razões pelas quais milhares homens preferiam a fuga do que servir ao exército, pois como já abordado anteriormente, o cotidiano e as circunstâncias vividas pelos recrutas nos quartéis militares eram desumanas e insalubres, sem quaisquer condições dignas de vida, além do fato de trabalharem exaustivamente dentro dos batalhões, sem qualquer perspectiva de ascensão na carreira militar, tendo em vista ainda o afastamento de suas famílias em casos de transferências para outras cidades distantes por todo o Piauí. Tais evidências, comprovam e refutam a ideia propagada por muitas autoridades locais, que o exército oferecia moralidade, vida honesta e digna para os soldados. Mas se assim fosse e por que fugiam? Talvez pelo fato de que a incerteza da violência da captura

¹⁶ Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Pedro Leão Vellozo, apresentado à assembleia legislativa provincial do Piauí. Typografia Progressista, Impresso por Manoel Victoriano Marques. 04/12/1863. p. 11

desertora, fosse mais confortante do que a certeza da vida análoga à escravidão vivenciada nos quartéis militares.

Destarte, a caça humana aos desertores chegava a ser mais intensa, cruel e violenta do que o próprio processo de recrutamento militar forçado, visto que era uma afronta as hierarquias sociais piauienses, de modo que as autoridades utilizavam dos mais diversos meios para capturar esses sujeitos, desde as buscas e perseguições físicas aos anúncios e decretos nos jornais, como meio de adquirir informações de possíveis paradeiros desses sujeitos, assim como alcançá-los de alguma forma convencendo-os de que a pena seria mais branda caso voltassem voluntariamente a servir ao exército. Segue o periódico “A Imprensa” em que foi publicada uma notícia de deserção, constando a cidade e o nome do então desertor: “DESERÇÃO. — Desertou do commando da destacamento de Oeiras um tal Honorato, que ali garantia o voto livre, e desde o dia 26 do mez findo, que se acha occulto nesta cidade.¹⁷”

Com base na seguinte informação, é possível associar de imediato, a presente divulgação em que o nome do desertor e de seu possível aproximado paradeiro estão contidos no jornal em questão, tanto como um instrumento de humilhação pública quanto como alerta à população, reforçando as consequências da insubordinação desses sujeitos. Além disso, a menção ao fato de que Honorato “garantia o voto livre” sugere de imediato que sua deserção poderia estar ligada a conflitos políticos locais, evidenciando como o recrutamento forçado e suas fugas se faziam intimamente entrelaçadas com as principais tensões político-sociais internas da província. Dessa forma, a perseguição aos desertores não visava apenas a recuperar soldados, mas também reafirmava o poder do Estado assim como a disputa entre as elites sobre corpos e mentes desses sujeitos, utilizando a imprensa como extensão do aparelho coercitivo e ideológico do Estado Nacional.

Ademais, tais descrições não limitavam-se aos periódicos locais, mas entre as correspondências das autoridades da província, eram comunicados casos de deserção de uma cidade para outra, de maneira que os dirigentes da comarca piauiense os descreviam detalhadamente, destacando em suas descrições os principais traços característicos de suas fisionomias, como consta a seguinte documentação em que apresenta claramente a maneira como eram descritos de uma autoridade para outra, assim como a principal intencionalidade presente no discurso, a busca pela captura dos sujeitos desertores, assim como a objetificação dos corpos dos mesmos:

¹⁷ Jornal A Imprensa, Anno VIII, n° 359, 04/10/1872, p. 4

Notas dos signaes do soldado do Meio Batalhão d'esta Província, Sebastião Alves Pereira, natural da Villa de Granja, Província do Ceará, que desertou da gurma da Cadêa d'esta Cidade no dia 3 do corrente mez.

Idade – dezenove annos.

Cabelos – pretos.

Olhos – comprido.

Cor – parda.

Sem barba, sem officio.

Altura – cinco e meio pez

Notas dos signaes do recruta José Ribeiro de Oliveira, vindo da Villa de Marvão, que evadiu-se d'esta Cidade no dia 3 do corrente mez.

Altura – regular.

Rosto – redondo.

Cor – pardo claro.

Cabelos – pretos.

Idade – 26 a 30 annos.¹⁸

Em vista disso, essas minuciosas descrições significam mais do que os meros detalhes físicos contidos no presente escrito, pois ao entender que a história de Sebastião Alves Pereira se fazia muito além do que as particularidades a si associadas quanto a um homem “sem barba” e “sem officio”, mas compreender que tratava-se de um sujeito jovem, pobre, arrancado de sua comunidade e inserido à força em um sistema que lhe negava dignidade e perspectiva de vida, assim como José Ribeiro de Oliveira aparentemente um homem mais velho, que possivelmente poderia ser um chefe de família que sustentava através de sua força de trabalho sua casa, esposa e filhos, agora desamparados, deixa ainda mais evidente a brutalidade do sistema, que transformava histórias de resistência em meras anotações administrativas. Desse modo, esses documentos não serviam apenas como ferramentas de captura, mas também como mecanismos de apagamento das subjetividades e dos direitos daqueles que ousavam desafiar a máquina militar imperial.

Assim sendo, apesar da ferrenha busca das autoridades militares na captura desses sujeitos, e atentando-se ao fato de que com a intensificação do recrutamento militar forçado houve a diminuição da mão de obra livre na província, estes conseguiam após as fugas, facilmente trabalho em propriedades privadas, exercendo variadas funções desde o trabalho na agricultura, ao pastoreio de gado nas fazendas, como explica Ana Cláudia Martins dos Santos (2012):

¹⁸ Livro de Registro de Correspondência com o Chefe de Polícia. Anos: 1854-1858. SPE. CÓD. 758. ESTN. 07. Prat. 04.

Os praças que desertavam procuravam de várias formas camuflarem sua condição de desertor, apresentando-se como camaradas em propriedades rurais ou mesmo nas matas na extração de poaia, pastoreio de gado etc. Procuravam novas alternativas de sobrevivência, seja vivendo próximo às povoações, adentrando as fronteiras ou mesmo procurando abrigo nos quilombos. Os soldados desertores estabeleciam laços de convivência que os ajudavam a tonar as dificuldades e os embaraços do cotidiano mais fácil de suportar. (Santos, 2012, p. 227)

Desse modo, o fato é, que esses homens encontravam acolhida em fazendas exercendo variadas atividades agropastoris, revelando assim uma dinâmica social complexa de que as elites agrárias, embora alinhadas ao poder imperial, muitas vezes fechavam os olhos à condição de que determinado sujeito ao aparecer e pedir guarida em troca de trabalho, facilmente poderia ser um desertor, atitude esta que privilegiava interesses econômicos, individuais e imediatos de determinado proprietário. Essa convivência tácita entre proprietários rurais e fugitivos do exército, demonstra claramente como a ordem escravista e militarista convivia com práticas informais que variavam entre interesses pessoais, subsistência e resistência, criando consequentemente fissuras na ordem e no controle estatal.

Diante do exposto, e da notória fragilidade do sistema que a cada deserção mostrava-se não ser absoluto, com a intensificação de tais contragostos para com o Estado Imperial, a Lei nº 631, de 18 de setembro de 1851, enfatizava em seu artigo primeiro de parágrafo terceiro que “O crime de dar asylo ou transporte á desertores, conhecendo-os como taes, será punido em tempo de guerra com a pena de seis a doze annos de prisão com trabalho, e em tempo de paz com a de prisão simples por seis a dezoito mezes” (Lei n 631, de 18 de Setembro de 1851, p. 59)¹⁹. A partir da regulamentação em análise, por meio de ameaças punitivas, buscava-se frear tais práticas informais que possibilitavam uma nova perspectiva de vida aos desertores do exército.

No entanto, tais ameaças de punição não surtiram efeito como esperado, pois não intimidaram os desertores ou aqueles que discretamente os apoiavam, como enfatiza em sua análise o professor Francisco Gleison da Costa Monteiro:

As recomendações e esforços para fazerem cumprir avisos, decretos e leis não intimidaram os conluiados, nem os desertores, pois, é considerável a gama de documentos que registraram as denúncias e as diligências secretas para capturar, prender e enquadrar os criminosos que contribuíam para o malogro dos trabalhos militares. (Monteiro, 2021, p. 70)

De tal modo, a ineficácia dessas medidas punitivas apontadas por Monteiro, mostram que apesar do endurecimento das penas, esses sujeitos se readequavam a aquela realidade,

¹⁹ BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1852. Lei nº 631, de 18 de Setembro de 1851.

evidenciando a incapacidade do Estado em conter o fenômeno social da deserção por completo. Afinal de contas, como punir tantos fazendeiros, tropeiros e comunidades quilombolas que, por necessidades causadas pelo próprio Estado, fechavam os olhos aos fugitivos? O fracasso era inevitável, e o único responsável era o próprio sistema, visto que a própria sociedade havia se tornado direto ou indiretamente, uma cúmplice silenciosa da deserção.

Dessa forma, portanto, conclui-se que a deserção não correspondia a um problema social a ser resolvido, mas tratava-se de um sintoma resultante de um Império em crise, que preferia legislar com mão de ferro uma sociedade já fragilizada pela gritante desigualdade social entre outros problemas estruturados desde o período colonial, a questionar as violentas estruturas que alimentavam sua própria decadência. Assim, partindo dessa ótica, as deserções emergiam como respostas orgânicas de uma sociedade que já não suportava a hipocrisia de um Estado que se dizia civilizador, mas mantinha uma estrutura baseada em práticas selvagens e coercitivas herdadas do colonialismo português, demonstrando claramente por si só, a falência de um projeto nacional conservador baseado na violência institucionalizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista de um cenário nacional marcado pela desigualdade social assim como pelas constantes contradições político sociais que marcaram o segundo reinado do Brasil, buscou-se entender a urgência do Estado em fortalecer o exército em um período muito anterior a guerra do Paraguai, de modo que o brutal abastecimento da instituição e suas reformas internas eram voltadas justamente para as massas da sociedade brasileira, os marginalizados, de modo específico para aqueles que de alguma forma não eram sujeitos ao regime escravocrata, ou subordinados aos grandes proprietários e suas oligarquias, mas viviam de forma independente e autônoma, sendo justamente essa característica que incomodava o Estado nacional, sujeitos que se encontravam livres de qualquer forma de controle social, e então surge a necessidade por parte do Estado de contê-los por meio do recrutamento militar forçado.

Assim sendo, o projeto político conservador em questão, tramava manusear esses sujeitos justificando as diversas formas de violências a eles destinadas, através da depreciação atribuída a imagem desses homens livres e pobres, de modo que passou a ser propagada a ideia de que esses sujeitos desprovidos de bens materiais eram na verdade uma rale de vadios e vagabundos, os quais necessitavam de moralidade e trabalho regular, aspectos os quais, segundo essa narrativa difundida sobretudo entre os discursos oficiais, que somente o exército poderia oferecer-lhes, resgatando-os assim do ócio e da vadiagem. Entretanto, a partir das análises realizadas ao longo da monografia, foi possível explicar através de uma contranarrativa, as reais intencionalidades do exército brasileiro, especificamente na província do Piauí, quanto aos homens livres e pobres, que pela simples existência como sujeitos autônomos, desestabilizavam a hierarquia social do Império brasileiro.

Desse modo, fica evidenciado através das minuciosas discussões realizadas ao decorrer da pesquisa, o recrutamento militar forçado como meio de preencher as fileiras do exército, que assumia características de uma verdadeira caçada humana, marcada por arbitrariedades e abusos de poder por parte das autoridades recrutadoras, que operavam suas diligências através de violentas capturas realizadas por escoltas que percorriam o Piauí sertões afora, arrancando homens de suas famílias, comunidades e de seus trabalhos cotidianos, afetando não somente a vida desses sujeitos, mas também o cotidiano dessa classe social, o trabalho livre e o comércio local.

Ademais, em meio a essa difícil e conflituosa realidade social que regia o Piauí oitocentista com enfoque entre os anos de 1860 e 1875, marcada sobretudo pelo controle e opressão do Estado para com os setores mais vulneráveis da população imperial, o trabalho

esmiuçou também o cotidiano e as condições internas de vida nos quartéis militares, que apontaram um total desprezo das autoridades para com as instituições militares, as quais não ofereciam mínimas condições dignas de sobrevivência para os soldados, além das desumanas e exaustivas horas de trabalho nos quartéis militares, inclusive em serviços particulares das autoridades responsáveis pelos batalhões, de forma que esses sujeitos vivenciavam em suas funções castrenses uma vida análoga a escravidão. De tal modo, esse sistema de exploração sistemática, somada à insalubridade dos alojamentos, à má alimentação e aos castigos físicos, demonstram claramente como essa realidade degradante contrastava com o discurso oficial das autoridades que apresentavam uma versão de que o serviço militar proporcionava dignidade, moralização e disciplina para com as mazelas da sociedade imperial.

Em paralelo a tais circunstâncias, tal realidade resultou em um ambiente propício para que esses sujeitos reagissem às desprezíveis imposições militares violentamente impostas, desencadeando como resultado direto de tais negligências as deserções, práticas de resistência dos indivíduos comuns, ao sistema, os quais eram fortemente perseguidos pela indisciplina e insubordinação de uma estrutura que lhes negava os mais básicos e essenciais direitos humanos. De tal modo, ao analisar o paradoxo entre a rigidez da hierarquia militar e a capacidade ativa de agência desses homens livres e pobres, conclui-se que, o então projeto político militar conservador se encontrava repleto de fissuras, lacunas e contradições em sua estrutura, visto que se o recrutamento militar forçado se fazia uma estratégia para controlar, silenciar e minimizar a interferência de uma sociedade extremamente insatisfeita com a ordem vigente, os resultados estavam sendo totalmente opostos, ao notarem que quanto maior a opressão, mais se emergiam resistências que minavam a própria ordem imperial a qual se pretendia consolidar.

Considera-se, dessa forma portanto, que as ações repressivas do poder imperial geravam respostas cada vez mais organizadas por parte dos recrutados e da população de modo geral, como por exemplo revoltas sociais como a da Balaiada, dinâmicas sociais estas, que demonstram como a resistência popular conseguia se infiltrar nas brechas do sistema, desafiando e desconstruindo a ideia de uma suposta onipotência do aparato estatal. O estudo assim, elenca e evidencia que a história do recrutamento militar no Brasil Imperial não pode ser compreendida apenas como uma imposição do poder por parte das autoridades, mas como um processo dialético marcado por conflitos, negociações e adaptações constantes entre os que determinavam e os que questionavam as ordens impostas. Nesse sentido, as deserções em massa e a incapacidade do Estado de contê-las plenamente, revelam e demonstram os reais limites e fracassos de um projeto de controle social imperial conservador, apresentando como

as camadas subalternas daquela sociedade conseguiam, dentro de suas possibilidades históricas, contestarem e reconfigurarem as políticas sociais, assim como suas trajetórias de vida.

REFERÊNCIAS DAS FONTES:

RELATÓRIOS DOS PRESIDENTES DA PROVÍNCIA - NUPEM – NÚCLEO DE PESQUISA, HISTÓRIA E MEMÓRIA – NUPEM/UFPI

- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. João José de Oliveira Junqueira apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Impresso por J. Pereira Ramos — Maranhão, 01/07/1858.
- Registros de Ofícios da Presidência, cod. 757, Estn. 07, Paat. 01, 1851/54.
- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Manoel de Sousa Martins apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras na Tipographia provincial, 24/10/1839; 08/07/1840.
- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Antonio Correa do Couto apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Impresso na Typ. Constitucional, de J. Da. S. Leite — Rua Grande N°, Therezina, 27/06/1859.
- Relatório do Presidente da província do Piauí, Dr. José Idelfonso de Sousa Ramos apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras na Tipographia provincial, 07/07/1844.
- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Manoel de Sousa Martins apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Oeiras na Tipographia provincial, 07/1841.
- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Adolpho Lamenha Lins apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Impresso por Typ. do Paiz. Imp. M. F.V. Pires, 27/04/1874
- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Tenente Coronel Odorico Brasilino de Albuquerque Rosa, apresentado à assembleia legislativa provincial do Piauí. Impresso por Typ. do Paiz. Imp. Por Manoel F. V. Pires, 28/04/1875.
- Relatório do presidente da província do Piauí, Dr. Pedro Leão Vellozo, apresentado à assembleia legislativa provincial do Piauí. Typografia Progressista, Impresso por Manoel Victoriano Marques. 04/12/1863. p. 11

JORNAIS – BIBLIOTECA DIGITAL DO RIO DE JANEIRO:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx> Acesso em: 19/11/2024.

BN/HDB. Jornal **“O Piahy – Orgão do Partido Conservador (PI) - 1869 a 1873”**. Anno VII, N° 287, 12/11/1873, p. 1.

BN/HDB. Jornal **“A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”**. Anno I, N° 67, 16/09/1865, p. 3.

BN/HDB. Jornal **“O propagador” — Orgão do Partido Liberal (PI) - 1858 a 1860**. Anno III, N° 121, 11/06/1860, p. 1.

BN/HDB. Jornal **“A Imprensa: Periódico político (PI) – 1865 a 1889”**. Anno IV, N° 201, 02/06/1869, p. 3.

BN/HDB. Jornal **“O Propagador — Orgão do Partido Liberal (PI) — 1858 a 1860”**. Anno II, N° 57, 19/02/1859, p. 4

BN/HDB. Jornal **“O Piahy — Orgão do Partido Conservador (PI) - 1869 a 1873”**. Anno VII, N° 264, 17/05/1873, p. 4.

BN/HDB. Jornal **“A Imprensa — Periódico político (PI) — 1865 a 1889”**. Anno V, N° 234, 20/01/1870, p. 2.

BN/HDB. Jornal **“A Imprensa — Periódico político (PI) — 1865 a 1889”**. Anno IV, N° 203, 23/06/1869, p. 1

BN/HDB. Jornal **“A Imprensa — Periódico político (PI) — 1865 a 1889”**. Anno V, N° 249, 25/05/1870, p. 4

BN/HDB. Jornal **“A Imprensa — Periódico político (PI) — 1865 a 1889”**. Anno VIII, N° 359, 04/10/1872, p. 4

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARA, Lina Maria Brandão de. **A Santa Federação Imperial Bahia. 1831-1833.** Tese (Doutorado em História Econômica). FFLCH/USP. São Paulo, 1995, p. 170.

ARAÚJO, Johny Santana de. **“Bravos do Piauí! Orgulhai-vos. Sois dos mais bravos Batalhões do Império: a propaganda nos jornais piauiense e a mobilização para a guerra do Paraguai 1865-1866.”** 2009.

ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino de. **Cotidiano e pobreza: impasses da sobrevivência em Teresina, 1877-1914.** 1994. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994. Orientadora: Maria Odila Leite da Silva Dias.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. **A elite colonial piauiense.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

CARVALHO, José Murilo de (org.). **A construção nacional 1830-1889.** Madri: Rio de Janeiro: MAPFRE/OBJETIVA, 2012.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

COSTA FILHO, Alcebíades. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2005.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos.** 4. ed. São Paulo: UNESP, 2007.

DA SILVA, Daniela Marques. **A lei de promoções do Exército Brasileiro de 1850: a profissionalização do corpo de oficiais e a escola militar.** Tematicas, v. 28, n. 56, 2020.

DE SOUZA, Adriana Barreto. **O Exército na consolidação do Império: um estudo histórico sobre a política militar conservadora.** Arquivo Nacional, 1999.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Balaíos e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1996.

DIAS, Claudete Maria Miranda. **Movimentos sociais do século XIX: resistência e luta dos balaaios no Piauí.** In.: ZARTH, Márcio. MOTTA, Márcia. (Org.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. Concepções de justiça e resistência nos Brasis.* Volume 1. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

DOS SANTOS, Ana Claudia Martins. **Vida autônoma dentro da ordem estabelecida: as práticas de resistências ao serviço militar na fronteira oeste do Império (1850-1864).** Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v. 4, n. 8, 2012.

FALCI, Miridan Brito Knox. **O Piauí na primeira metade do século XIX.** Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1986.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970.** Edições Loyola, 1996.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista.** 2009. 273 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Niterói, 2009.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **Um escandaloso teatro de horrores: a Capitania do Ceará sob o espectro da violência.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2010.

LIMA, Solimar Oliveira. **Braço forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí - (1822-1871).** 1. ed. Passo Fundo: Editora Universidade de Passo Fundo, 2005.

LINHARES, Maria Yedda. (org.). **História Geral do Brasil.** 9.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

LUCA, Tânia Regina; PINSKY, Carla Bassanezi. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): panorama da história do Brasil no século XIX.** Maringá: EDUEM, 1999.

MENDES, Fábio Faria. **A "Lei da Cumbuca": a revolta contra o sorteio militar.** Revista Estudos Históricos, v. 13, n. 24, p. 267-294, 1999.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. ***Homens livres na província do Piauí***. In: “[...] **cumprindo ao homem ser trabalhador, instruído e moralizado**”: terra, trabalho e disciplina aos homens livres pobres na Província do Piauí (1850-1888). Recife: UFPE-PE, 2016.

MONTEIRO, Francisco Gleison da Costa. **Homens livres e pobres: alguns apontamentos sobre o recrutamento militar na província do Piauí (1850-1880)**. In: *História, cultura e poder*. Teresina: Cancioneiro, 2021.

MOTT, Luís R. B. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

OLIVEIRA LIMA, Solimar. **O vaqueiro escravizado na fazenda pastoril piauiense**. *Revista História: Debates e Tendências*, 7(2), 138-154, 2013.

REIS JÚNIOR, Darlan de Oliveira. **A desclassificação social dos trabalhadores no século XIX, na região do Cariri, Província do Ceará**. *História Unisinos*, São Leopoldo, v. 23, n. 2, p. 242-254, maio/ago. 2019. DOI: 10.4013/hist.2019.232.09.

RÊGO, Ana Regina Barros Leal. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2001.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Imprensa piauiense: atuação política no século XIX**. *Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, v. 25, n. 1, 2002.

ROCHA, Cleane Maria Alves. **Jovita Alves Feitosa: relações de gênero e presença feminina na Guerra contra o Paraguai (1864-1870)**. Teresina: UFPI, 2011. p. 34-83. (Monografia de Graduação em História)

SALDANHA, Flávio Henrique Dias. **Exército e Guarda Nacional: recrutamento militar e a construção do Estado no Brasil Imperial**. *Coleção Meira Mattos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 36, p. 673-681, set./dez. 2015.

SALLES, Ricardo. **Guerra do Paraguai: escravidão e cidadania na formação do exército**. Paz e Terra, 1990.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO ELETRÔNICA
DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO NA BASE DE DADOS DA
BIBLIOTECA**

1. Identificação do material bibliográfico:

☒ Monografia ☐ TCC Artigo

Outro: _____

2. Identificação do Trabalho Científico:

Curso de Graduação: História

Centro: Campus Senador Helvídio Nunes de Barros

Autor(a): Jéssica Ingryd da Silva Sá

E-mail (opcional): jessingryd@gmail.com

Orientador (a): Prof. Dr. Francisco Gleison da Costa Monteiro

Instituição: UFPI/CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. José Lins Duarte

Instituição: UFPI/CSHNB

Membro da banca: Prof. Dr. Johny Santana de Araújo

Instituição: UFPI/PPGHB

Membro da banca: _____

Instituição: _____

Titulação obtida: Graduada em História

Data da defesa: 02/07/2025

Título do trabalho: RECRUTAMENTO MILITAR FORÇADO PARA O EXÉRCITO:
Ações e as escoltas na província do Piauí (1860-1875)

3. Informações de acesso ao documento no formato eletrônico:

Liberação para publicação:

Total: ☒ [X]

Parcial: ☐ []. Em caso de publicação parcial especifique a(s) parte(s) ou o(s) capítulos(s) a serem publicados: _____

.....

TERMO DE AUTORIZAÇÃO

Considerando a portaria nº 360, de 18 de maio de 2022 que dispõe em seu Art. 1º sobre a conversão do acervo acadêmico das instituições de educação superior - IES, pertencentes ao sistema federal de ensino, para o meio digital, autorizo a Universidade Federal do Piauí - UFPI, a disponibilizar gratuitamente sem ressarcimento dos direitos autorais, o texto integral ou parcial da publicação supracitada, de minha autoria, em meio eletrônico, na base dados da biblioteca, no formato especificado* para fins de leitura, impressão e/ou *download* pela *internet*, a título de divulgação da produção científica gerada pela UFPI a partir desta data.

Local: Picos - PI

Data: 14/07/2025

Assinatura do(a) autor(a): _____